

DOCUMENTOS  
DOSSIÊ



BONITO TAMBÉM É  
OMUNDO, A TERRA!

MAS NÃO VAI DURAR  
MUITO, SE CONTINUAREM  
DESTRUINDO TUDO.

OH MESMO SISTEMA QUE  
EXPLORA O TRABALHADOR, DES-  
TROY O MEIO AMBIENTE. NÓS  
SALUTA E CONTRA ELE.

ISSO É QUE É  
ECOLOGIA?

PRECISAMOS CRIAR  
OUTRAS CONDIÇÕES DE VIDA  
E DE TRABALHO.

A POLÍCIA  
INVADIU O NORRÃO E  
MATOU DOIS GAROTOS

MEU ÔNIBUS FOI  
ASSALTADO PELA 44  
VEZ.

PRECISAMOS DE  
CASA, COMIDA, TRABALHO  
E PRAZER, NÃO DE UST.  
NAS NUCLEARES.

VIOLÊNCIA É  
TRABALHAR 12 HORAS  
E NÃO TER PRA COMER.

VIOLÊNCIA É A LEY  
QUE MANDA TENDER O  
DESEMPREGADO OU OS  
QUE SE DEFENDEM PRA  
VIVER.

QUANDO É QUE A  
VIOLÊNCIA VAI ACABAR?

MUDAR: SÓ QUANDO O  
POVO SE ORGANIZAR!

E A ALTERNATIVA  
NÃO VIRA DE ALGUÉM, DE  
NINGUÉM, VIRA DE NÓS!

O MUNDO PODE  
SER UMA FESTA: A  
FESTA DOS TRABALHADO-  
RES!

MAS PRA ISSO É  
PRECISO LUTAR POR  
CASA E COMIDA...

...E TRABALHO, E  
ESCOLA, E SAÚDE,  
E LAZER, E TRANSPORTE...

...E PELO FIM  
DA OPRESSÃO E DOS  
PRECONCEITOS...

E PELA ALEGRIA!

**por isso  
VOU VOTAR NO PT.  
o voto vai ser participar para transformar**

GOVERNADOR

SENADOR

**NEAS MACIEL · VLADIMIR PALMEIRA**

DEPUTADO ESTADUAL · 3230

**LIZT VIEIRA**

## A PRIMEIRA PROVA DAS URNAS: 15 DE NOVEMBRO DE 1982

Os primeiros anos da década de 1980, sob o governo do general Figueiredo, marcavam de modo evidente a inexorável queda de poder do regime ditatorial instaurado pelos militares em 1964, produto de um processo que se fazia sentir na segunda metade da década de 1970.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982 seriam renovadas todas as câmaras de vereadores, as assembleias legislativas estaduais, a Câmara dos Deputados, um terço do Senado e seriam eleitos os prefeitos municipais em todo o interior do país, à exceção das chamadas “áreas de segurança”. Além disso, pela primeira vez desde 1965, seriam sufragados pelo voto popular os governadores estaduais. Tudo isso tinha repercussão direta na disputa eleitoral que escolheria em 1984 o novo presidente da República.

As eleições de 1982 foram as primeiras a se realizar depois do fim do bipartidarismo, em 1979, quando se aboliu o “monopólio dos círculos liberais no quadro da oposição partidária legal, em virtude, especialmente, da presença do Partido dos Trabalhadores”. Os casuísmos eleitorais introduzidos pelo governo militar para essas eleições podem ser considerados uma das últimas tentativas de se conservarem no poder. Embora as eleições tivessem produzido uma maioria que potencialmente permitiria ao governo militar fazer seu sucessor, as mobilizações populares, que já vinham desde as greves do ABC, tomaram um vulto tal com a campanha das Diretas Já que acabaram marcando o fim do ciclo militar no poder do Estado brasileiro.

Este número dois de *PERSEU* reúne aqui uma série de documentos relativos à primeira participação eleitoral do PT. De um lado, agrupamos um conjunto de imagens dessa campanha. De outro, publicamos uma série de documentos relativos às eleições de 1982. Além da Carta Eleitoral do PT e da Plataforma nacional: Trabalho, Terra e Liberdade, aprovadas no II Encontro Nacional do PT realizado em São Paulo, em 27 e 28 de março daquele ano, que nortearam a participação do Partido naquele pleito, apresentamos as avaliações produzidas pelo Comitê Eleitoral Unificado Nacional – que conduziu a campanha nacional de maneira unificada em todo o Brasil, uma marca de novidade introduzida pelo PT no cenário político nacional – e pela Comissão Executiva Nacional (CEN), ambos resultantes da reunião do CEN do PT, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista (no estado de São Paulo). A esses documentos também acrescentamos a transcrição de uma discussão de balanço das eleições de 1982, em que, apesar de seu foco predominantemente regional, são apontados

impasses e caminhos que acabaram marcando o PT nos seus primeiros anos de vida. Por fim, além de reproduzir duas fichas de perfil de candidatos – do presidente do Partido e do 1º vice-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra, respectivamente candidatos a governador em São Paulo e Rio Grande do Sul –, também recuperamos os dados eleitorais daquele pleito.

# PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

*Panfleto conservado no CSBH-FPA*

Pela primeira vez na história recente do Brasil, nós, trabalhadores, podemos votar em um partido formado por trabalhadores. O PT surgiu das lutas populares e não das manobras de figurões ou de diferenças passageiras entre os exploradores. O PT é o partido dos milhões de explorados do campo e da cidade. Nasceu da luta contra a ditadura, contra a vontade dos poderosos e dos que sempre nos enganaram.

Surgem, portanto, dos próprios trabalhadores os nossos candidatos a vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Já passou o tempo em que nós servíamos de instrumento de manobra dos ricos e poderosos. O surgimento do PT é a prova de que os trabalhadores não querem mais ser instrumentos de ninguém. Que não querem mais se deixar levar pelas raposas da política. O surgimento do PT é a prova de que é chegado o momento de os trabalhadores realizarem a sua própria política, uma política que atenda aos seus próprios interesses.

Na campanha eleitoral que se inicia, vários partidos levantam a bandeira da união das oposições sob a direção da burguesia. Nós lutamos pela unidade das forças populares sob a direção dos trabalhadores. Não concordamos com a unidade dos que buscam colocar no mesmo partido explorados e exploradores. Para nós a luta pelas liberdades políticas não se separa da luta pela liberdade econômica e social. Muitos dos que hoje se unem aos exploradores, falando de liberdades democráticas e até mesmo de justiça social, mais parecem os que, no passado, aceitaram levantar a bandeira de libertação dos escravos mas ignoraram a condição de brutal miséria na qual eles viviam.

Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciante. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?

Para nós, do PT, não basta que alguém se declare de oposição.

O banqueiro, o latifundiário, o industrial, o grande comerciante, independente do partido a que pertencem, exploram o trabalhador. Para nós, ser de oposição é lutar para mudar o regime político e, ao mesmo tempo, lutar para transformar a situação social e econômica que oprime a maioria do povo. Não basta portanto substituir no Governo um figurão por outro figurão. Para nós, o que importa é definir quem está contra os trabalhadores e quem está ao lado dos trabalhadores. Está contra os trabalhadores não apenas aquele que explora mas também aquele que o engana. Está do lado dos trabalhadores quem luta pela transformação da estrutura política vigente e, ao mesmo tempo, luta pela transformação das estruturas sociais e econômicas que mantêm a maioria do povo em extrema miséria.

A luta pela democracia não começa e nem acaba nas eleições de novembro. Por isso, nosso objetivo não é apenas o de conquistar votos, mas é principalmente o

de servirmos à organização política dos trabalhadores. Para o PT as eleições são uma ferramenta para fazer avançar e crescer a mobilização e a organização do povo. São mais um passo na longa caminhada para a nossa libertação.

Trabalhador vota em trabalhador. Ganhar as eleições é votar no PT.

PT Saudações.

Brasília, 30 de janeiro de 1982

*Luiz Inácio da Silva*, Presidente

*Jacó Bittar*, Secretário-Geral

*Airton Soares*, Líder na Câmara dos Deputados

# CARTA ELEITORAL DO PT

Jornal dos Trabalhadores, n. 2. São Paulo,  
2ª quinzena de abril de 1982, p. 3 e 4, Encarte.

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se, sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades como força política independente e organizada, e do direito que possuem, como cidadãos e criadores da riqueza nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiência política por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e Trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1ª Conclat<sup>1</sup>. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob o seu controle. Eles estão à raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar e que procura, face às forças populares e democráticas, apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio remanescentes dos Atos Institucionais e numa legislação de exceção que inclui as inelegibilidades e Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do Riocentro<sup>2</sup>, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional atingindo como alvo principal dirigentes e militantes do PT<sup>3</sup> e pelas ameaças de adiamento do pleito de 1982. Explicam também o "Pacote de Novembro"<sup>4</sup>, com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

## **Diferentes objetivos e confronto no processo eleitoral**

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional. E embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das

cogitações oficiais. A perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que venham a ser adotados, transforma as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder a sua maioria no Congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo<sup>5</sup>. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e a sua base social as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de “abertura”<sup>6</sup>. Através dela o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 1974 e explodiram em 1978 por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e concessões que incluem eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 1964. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender as pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de *união nacional*.

Para os trabalhadores as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de limitações e casuísmos, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque desta vez não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos<sup>7</sup> criados pelo regime militar e controlados ambos por segmentos das elites dominantes. Desta vez contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

## **As eleições e o poder**

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quan-

do muito, poderão alternar parcialmente o atual controle da estrutura de governo a nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios de poder (burocracia, forças armadas, e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder, se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

## **As eleições e os objetivos de nosso partido**

O PT vai às eleições com dois objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE<sup>8</sup>, associações de moradores, etc.) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir exigência legal dos 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em nove Estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar tribuna de denúncia e caixa de ressonância das lutas travadas fora do parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente ao nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar durante a campanha o caráter da "abertura", as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente opositorista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos hoje pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos Estaduais cerceados pelo Governo Federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

## **Eixo da tática eleitoral do PT**

A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correr em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido frente ao processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do Partido em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: “O PT lançará em 1982 candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política”.

Assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas, rejeitando incorporação ou fusão a qualquer partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apresadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é *voto útil* aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as idéias gerais de nosso Programa político de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas de consultas a partir dos núcleos e dos movimentos populares e sindicais combativos, tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e a longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto das definições estaduais e aprovadas no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as idéias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos Estados e Municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e na unificação dos recursos.

## **Conteúdo geral da campanha**

Com as eleições deste ano testaremos se nosso Partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso, não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim de suas pretensões eleitorais. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadores, negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso Partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos candidatos devem brotar das lutas populares com nomes que encarnam as aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós não haverá candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro do movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças à custa da estrutura, da representatividade e da operatividade política do Partido.

Não haverá candidatos *no* Partido mas sim candidatos *do* Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais é preciso partir de algumas orientações concretas:

### **1. Processo de escolha de candidatos**

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o Partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembleias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos devem ser encontradas formas de discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao Partido. O PT veio para ser um Partido, e não uma mera frente de oposições.

## **2. Critérios para escolha de candidatos**

- a) Participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis.
- b) Representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas.
- c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

## **3. Exigências para a composição da chapa**

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte em termos políticos e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça às decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e participe de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite.

Para nós interessa substancialmente propagandear a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário conhecido como “distritão”, haverá necessidade de reunir nova Convenção para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje milite no PT ou simpatize com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada Estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

## **4. Campanha eleitoral unificada**

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feita com base na Plataforma e na Tática Eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral serão definidas as linhas da propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os Comitês Eleitorais Unificados, devem se apoiar nas Secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O Comitê Eleitoral Unificado, que será constituído a nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT.

b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados.

c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou territórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unitário dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolvem suas campanhas.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro Comum para o PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindical não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse fundo com base nas Secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda, etc. A administração desse fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores e não abandonarão o trabalho político ou sindical de base.

## **5. Compromissos do candidato com o Partido**

A definição prévia de algumas normas de relacionamento entre os eleitos e o Partido tem como objetivo assegurar um desempenho de mandato que esteja de acordo com a plataforma, a tática e os princípios do PT.

Tal definição deve incluir:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e Parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes.

b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares submetidos sempre à ampla discussão das bases.

c) a concentração de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas.

d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os diretórios das respectivas instâncias partidárias.

e) a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido em pelo menos 40% de seus proventos. Em nível municipal a fixação da porcentagem estará a cargo do Diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, está recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de recandidatarem-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de efetivamente conduzir a uma sociedade socialista na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.

*Texto aprovado no Encontro Nacional do PT.*

São Paulo, 27 e 28 de março de 1982.

## **NOTAS**

---

<sup>1</sup> A primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) ocorreu entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo. Ela reuniu 5.247 delegados representando 1.126 entidades sindicais. (N.E.)

<sup>2</sup> No dia 30 de abril de 1981 duas bombas explodiram no Riocentro, no Rio de Janeiro, onde se realizava um espetáculo, promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrede), que comemorava o Dia do Trabalho e no qual havia cerca de vinte mil espectadores. Uma das bombas explodiu num carro onde estavam dois militares e a outra numa caixa de força, sem ferir ninguém. A tese sustentada por setores do governo militar, de que o atentado era um “ato terrorista”, revelou-se insustentável e serviu para agravar a impopularidade da ditadura militar. Naquela época foram incendiadas bancas que vendiam revistas e jornais de esquerda, uma bomba explodiu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, houve outras contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros atos de terror. Foram contabilizados cerca de trinta atentados. (N.E.)

<sup>3</sup> Treze líderes e operários metalúrgicos foram acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional (LSN) pela participação na greve do ABC ocorrida entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. À exceção de José Cicote e José Timóteo da Silva, de Santo

André, foram condenados pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, em julgamento realizado em 25 de fevereiro de 1981: Luiz Inácio da Silva, Djalma de Sousa Bom, Osmar Santos de Mendonça, Wagner Lirio Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda. Eles foram enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN, que se referem à “desobediência coletiva às leis” e à “propaganda subversiva”. Entre dezenas de processos com base na LSN contra os trabalhadores e estudantes, cinco sindicalistas – Luiz Inácio da Silva (presidente do PT), Jacó Bittar (secretário do PT), José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag no Acre), Francisco Alves Mendes Filho (vereador no município de Xapuri e presidente da Executiva Regional do PT) e João Maia da Silva Filho (delegado da Contag em Brasiléia) – foram interrogados no dia 9 de abril na Auditoria Militar do Amazonas. Eles foram enquadrados na LSN por discursos que pronunciaram no Acre em um comício feito em Brasiléia, em 27 de julho de 1980, às vésperas da morte do capataz Nilo Sérgio de Oliveira. Os sindicalistas foram acusados de terem, no comício, incitado os trabalhadores a se vingarem dos patrões pelo assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia e presidente da Comissão Provisória Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, ocorrido na noite de 21 de julho de 1980. (N.E.)

<sup>4</sup> O “pacote de novembro” foi o nome pelo qual ficaram conhecidos alguns casos introduzidos pela ditadura militar na já restritiva legislação eleitoral existente, a fim de tentar minorar a derrota que se prenunciava. O “pacote” impôs a vinculação total do voto, obrigando os partidos políticos a apresentar candidatos a todos os cargos em disputa, e proibiu coligações e alianças partidárias.

<sup>5</sup> João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar. Foi o último presidente do regime militar do Brasil (1979 a 1985). (N.E.)

<sup>6</sup> A “abertura” foi o nome pelo qual ficou conhecido o processo iniciado durante o governo do general Ernesto Geisel (1907-1996) de “liberalização” do regime militar e que prosseguiu durante o governo de seu sucessor, João Batista de Oliveira Figueiredo, que foi o último dos governantes militares. Ao assumir seu mandato, que durou de 1974 a 1979, o general Geisel pretendia reabrir o diálogo com a oposição, a Igreja e setores intelectuais, truncado sobretudo com as restrições às liberdades públicas e as violações dos direitos humanos promovidas por seu antecessor, o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Esse processo foi definido pelo general Geisel como sendo uma “distensão lenta, gradual e segura”, que seria conseguida com “o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável”. (N.E.)

<sup>7</sup> Referência à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partidos políticos criados pela ditadura militar, em substituição aos partidos políticos extintos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. O primeiro assumia o papel de partido situacionista e o segundo o de oposição.

Ambos desapareceram em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso Nacional decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário. (N.E.)

<sup>8</sup> União Nacional dos Estudantes, entidade nacional estudantil fundada em 1937. (N.E.)

# PLATAFORMA NACIONAL: TRABALHO, TERRA E LIBERDADE

*Folheto publicado pelo Diretório Regional de  
São Paulo do Partido dos Trabalhadores, 15 p.*

## **O lema da campanha do PT**

A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso próprio partido e escolhemos os nossos próprios candidatos. Porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas.

A campanha eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais reivindicações do movimento popular.

A Campanha Eleitoral do PT é uma *campanha de luta*, quer dizer, uma *campanha* que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

*Nosso lema nacional é trabalho, terra e liberdade!*

Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra para plantar e para morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair de baixo da opressão dos tubarões.

### **1. Sem liberdade a vida não vai mudar. Pelo fim da ditadura militar**

Hoje em dia, os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto, a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do país e estão presentes no dia-a-dia de cada trabalhador. Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros são expulsos das suas terras por jagunços ou padres são presos porque estão ao lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do país, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou para que tudo continue como antes.

A qualquer hora do dia ou da noite os trabalhadores estão sujeitos à prisão e aos maiores vexames em qualquer delegacia policial. Os dirigentes sindicais são colocados sob suspeita de subversão porque lutam por melhores condições de trabalho e salário. Os negros são tratados como marginais. Qualquer reunião de gente pobre é vista com desconfiança. Nas fábricas, a ditadura dos capitalistas e a ameaça de desemprego atingem qualquer trabalhador mais consciente dos seus direitos.

Ao mesmo tempo nunca se roubou tanto. Nunca uma minoria ganhou tanto dinheiro sem trabalhar. Isso não pode ficar mais assim. O Partido dos Trabalhadores sabe que os verdadeiros autores de crimes contra o país, os maiores ladrões dessa terra e os criminosos não andam nos ônibus superlotados, não moram nas favelas e bairros populares e não saem de casa às quatro ou cinco horas da manhã. São cidadãos acima de qualquer suspeita, muitos dos quais circulam em carro oficial. A Lei

de Segurança Nacional nunca é acionada contra eles. O DOI-Codi, o Dops e o SNI não vigiam suas reuniões, como fazem com as nossas<sup>1</sup>.

A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa, defendendo os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos latifundiários e dos capitalistas. Não queremos apenas liberdades controladas a conta-gotas. Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso, temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a ditadura militar. Na luta por uma sociedade em que o poder seja exercido pelos trabalhadores, defendemos desde já a completa liberdade política e sindical para o povo, desatrelando a estrutura sindical do aparelho do Estado, que deve deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas como a UNE e a CUT<sup>2</sup>.

Têm de ser revogadas imediatamente a Lei de Greve, que é um grande entrave para que os trabalhadores reivindiquem seus direitos, a Lei de Segurança Nacional, a CLT, a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros, o Código de Telecomunicações e todas as leis arbitrárias baixadas pelo regime. Têm de ser extintos o Conselho de Segurança Nacional, o SNI, o Deops, o DOI-Codi, o Cenimar, o Conselho Superior de Censura e todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões<sup>3</sup>.

Lutamos pela realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os soldados, marinheiros e analfabetos, que são brasileiros como todos nós; pelo direito de greve; pela redistribuição do orçamento da União, incluindo o aumento das parcelas destinadas aos municípios, pela autonomia dos Estados, inclusive quanto ao controle sobre suas Polícias Militares.

Queremos o fim da ditadura militar. Se você concorda, vamos em frente.

## ***2. Num país tão rico é possível acabar com a fome***

Cada vez que você sai de casa pra fazer compras, você se assusta com a alta dos preços. Qualquer dia o seu salário não vai dar nem para um mísero quilo de feijão. Não é pra menos, porque os salários não aumentam a cada dia como aumentam os preços.

E se você é um camponês a dureza é a mesma. Você se mata na plantação e quando vai vender o que produziu não dá nem para pagar o que gastou. Isso se o grileiro já não lhe tomou a terra e você, sem achar trabalho no campo, não está agora, aos trancos e barrancos, chegando na cidade para começar tudo de novo.

Mas pior ainda é se você é um dos tantos desempregados deste país. Você deixou muito do seu suor produzindo pro patrão e um belo dia ele mandou você embora. Agora, sem salário, você não tem como garantir a comida na sua casa.

Pra enfrentar esta situação, o PT faz algumas propostas:

- Um salário mínimo real unificado, que dê pra garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada três meses na mesma medida que a inflação;

- Estabilidade no emprego;

- Salário-desemprego;

- A criação de uma Cesta Básica de Alimentos a Preço Fixo, que o Estado – e não os grandes atacadistas – se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade;

- Redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais sem redução de salário.

### **3. Trabalhadores do campo: terra e melhores salários**

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha e não a latifundiários, grileiros e aproveitadores que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem.

Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas de modo a orientar a política agrícola, conforme os interesses dos trabalhadores.

Devemos garantir ao camponês o crédito barato para a compra de equipamentos e adubos. Os atravessadores têm de ser combatidos, com a instalação pelo governo de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos.

Devemos assegurar a todos os assalariados rurais condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra e não deste governo, comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores.

### **4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar**

O BNH<sup>4</sup> não deu nenhuma solução para o problema de moradia do trabalhador. Além disso, o dinheiro do FGTS<sup>5</sup> está servindo só para engordar os grandes empresários da construção civil. É urgente uma reforma radical na política e na legislação imobiliária, para acabar com a vergonhosa especulação que se faz com a compra e venda de casas e terrenos em nossas cidades.

Devemos promover um amplo programa de construção de casas populares. Para isso é necessária uma política de taxaço progressiva que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação. É necessário também que se definam os lotes urbanos destinados a esse fim, que sejam localizados em áreas de fácil acesso, condução farta e infra-estrutura de saneamento e lazer. Finalmente, para que seja viabilizado tal programa, é ainda necessário intervir na produção e distribuição de materiais de construção, para que sejam padronizados e adaptados a essas necessidades.

É necessário assegurar a posse da terra aos favelados, programando loteamentos populares decentes, loteando-se áreas urbanas que estão ociosas e repassando a preços acessíveis aos trabalhadores. São necessários investimentos maciços em obras de saneamento básico e programas de urbanização sob o controle de comunidades.

E, afinal, o problema da moradia é inseparável da questão dos transportes. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tantas horas e tanta energia em meios de transportes tão precários. Julgamos que devemos apostar no transporte ferroviário e fluvial e nos transportes coletivos ao invés dos carros particulares.

## **5. Neste país há pouca saúde e muito lucro com a doença**

A grande maioria da população brasileira vive hoje em péssimas condições de saúde. Esta situação não poderá ser superada com medidas parciais. É verdade que o atendimento médico é precário. Mas a saúde não é apenas o produto de um bom atendimento médico. Milhares de mortes seriam evitadas se existisse saneamento nos bairros. Se as águas que o povo bebe não estivessem contaminadas. Se a poluição fosse combatida. Se o trabalhador na fábrica tivesse realmente voz forte nas questões referentes aos acidentes de trabalho. A doença é também um produto da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer.

Tudo isto tem que ser enfrentado em bloco.

Entretanto, qualquer política nesta área se inicia acabando com o lucro. Não dá mais para suportar que se ganhe dinheiro à custas da doença. As clínicas, hospitais, remédios e equipamentos hospitalares têm de estar nas mãos do Estado, que deve encampar a indústria química e farmacêutica e empresas que atuam no setor. Estes serviços têm de passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área.

A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão é oferecer atendimento médico público e gratuito. Este atendimento tem de ser dado nos próprios locais de moradia do trabalhador, que não pode continuar perdendo a saúde em longas filas, no fim das quais receberá um tratamento precário.

Os postos de saúde têm de existir em número suficiente em cada bairro e ali mesmo oferecerem atendimento básico e, caso necessário, encaminharem o trabalhador para um tratamento mais especializado.

## **6. A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classe**

O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo neste país em menos de três anos.

Além disso, é preciso pôr um fim ao grande negócio que se tornou a educação. A educação também não pode ser objeto de lucro.

O ensino tem de ser público e gratuito em todos os níveis. Os filhos dos trabalhadores têm direito a boas creches, pré-escola, um ensino de primeiro e segundo graus de boa qualidade técnica-profissional, incluindo uma boa formação sobre os problemas sociais, a história e as lutas do nosso povo. É um serviço público fundamental tanto para o futuro dos nossos filhos quanto para tranquilizar a mulher e liberá-la ao máximo do trabalho doméstico.

Mais verbas para a educação – pelo menos 12% do orçamento nacional assegurados pela Constituição – tornariam o curso superior acessível aos filhos do trabalhador e permitiriam uma remuneração decente ao magistério e aos funcionários de toda a rede de ensino.

A indústria cultural, o sistema educacional e os meios de comunicação de massa têm sido usados mais do que nunca para combater os valores populares, reforçando a dominação social e econômica sobre os trabalhadores.

É fundamental a articulação nacional dos movimentos culturais populares; a criação de centros de cultura onde os trabalhadores e o povo possam discutir e atuar através de várias atividades, reforçando a *cultura popular*.

### **7. Somos todos iguais: chega de discriminação**

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que almejamos tem de ser baseada, sobretudo, numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária entre as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação.

E, nesta questão, a situação no Brasil é grave.

A mulher é tratada como ser de segunda categoria. A ela cabem os piores empregos e os menores salários, além de estar submetida à dupla jornada de trabalho, pois acumula todas as tarefas da casa. A todo o momento é subjugada e humilhada, oprimida não só como trabalhadora, mas também como mulher.

O preconceito de cor é real. Os negros não têm os mesmos direitos que os brancos e, antes de mais nada, são tidos como suspeitos e marginais.

Os índios são tratados como débeis mentais, massacrados física e culturalmente, não sendo respeitadas nem mesmo as suas reservas de terras.

Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes ou caso de polícia.

Exigimos igualdade nas leis que regem a família, o trabalho e a sociedade. O direito ao trabalho, à profissionalização e a extensão dos direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras, a exemplo das empregadas domésticas, respeito ao direito de salário igual para trabalho igual. As mulheres têm de possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida.

É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias, índios e homossexuais, têm de ser integralmente respeitadas.

### **8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão**

O PT defende uma política econômica que dê prioridade à produção de bens de consumo popular, tratores e trens, e não bens de luxo, soja ou álcool. Damos mais importância às obras de saneamento e habitação do que às obras grandiosas que enchem os olhos dos bajuladores do regime.

Isto não significa, entretanto, ignorar a questão da energia. É que para nós a questão da energia não será resolvida nem pelo Pró-Álcool<sup>6</sup> e muito menos pela construção de usinas nucleares. No que diz respeito à produção de energia elétrica a prioridade tem de ser dada à utilização imediata dos recursos hídricos, investindo em usinas hidrelétricas de porte médio e pequeno. Além disto, tem de ser incentivada a pesquisa nas áreas de energia solar, dos moinhos de vento, do biogás e melhor aproveitamento do carvão nacional.

Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está se transformando: os ban-

cos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos de dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.

Também é necessário acabar com o controle que os grandes monopólios exercem sobre a economia brasileira. Os interesses da maioria do povo justificam um combate sem trégua à ação nociva dos grandes monopólios sobre a nossa economia.

Finalmente, quem pegar este governo terá sobre si uma imensa dívida externa acumulada e que serviu para grandes negociações. O país não pode matar-se para pagar uma dívida na qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo *inquérito* para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso por caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociações, congelamento e até não-pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.

### **9. Com os contratos de risco os tubarões pouco arriscam e muito petiscam**

Propomos o fim dos contratos de risco<sup>7</sup>, um combate à desnacionalização do subsolo, da indústria energética e mineral e do monopólio privado da produção de energia.

A flora e a fauna, os rios, mares e florestas são bens nacionais que têm que ser preservados a qualquer custo e cuja exploração só pode ser feita dentro de um planejamento que leve em conta os interesses da maioria da população.

Nós propomos denunciar e impedir a ação criminosa das empresas poluidoras que, incentivadas pela freqüente omissão dos órgãos governamentais de fiscalização, sacrificam a saúde da população em prol de seus lucros.

Lutamos para que as prefeituras e governos estaduais tenham autonomia para determinar o fechamento de indústrias poluidoras, atribuição hoje centralizada pelo Presidente da República.

Lutamos pela inclusão de programas de educação ambiental nos currículos de 1º e 2º grau e do ensino universitário.

Propomos o fim do Projeto Carajás<sup>8</sup>, a proibição da venda de amplas parcelas do território nacional ao capital estrangeiro e denúncia imediata do acordo Nuclear Brasil/Alemanha.

Também não são de interesse dos trabalhadores soluções como a que foi dada para o Projeto Jari<sup>9</sup>, onde o governo bancou a falência do empreendimento e entregou o dinheiro do povo, de mão beijada, ao grande capital nacional.

### **10. O poder para os trabalhadores e o povo**

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos

principais objetivos do PT. Mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular.

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários, os postos de saúde terão de ser controlados pela população, e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controlados por sindicatos e as associações; os trabalhadores têm de assegurar o direito de fiscalização a contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores, etc.

Lutamos para que os trabalhadores derrubem a ditadura militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do país, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais, a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que desde hoje nossa luta prepara.

### ***11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo***

No plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação. Nesse momento, essa luta adquire particular importância na América Central e na África Negra, assim como a luta do povo palestino pela reconquista da sua terra.

O PT apóia a luta dos trabalhadores de todo o mundo.

Cumpramos ressaltar nesse momento a luta dos trabalhadores da Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também da luta internacional dos trabalhadores.

Defendemos, ainda, uma política externa independente, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra que o Brasil mantenha relações diplomáticas com um Estado racista como a África do Sul e com a ditadura de El Salvador, e se negue a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coreia do Norte.

Os trabalhadores e os povos oprimidos de todo o mundo lutam contra a opressão e a exploração. No entanto, a libertação só vai ser efetivamente concretizada com a construção do socialismo.

### ***12. Só o socialismo resolverá de vez o nosso problema***

Desde sua fundação o PT afirmou o compromisso com a construção de uma

sociedade sem explorados nem exploradores. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT desde o início percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se desenvolvesse nesse sentido, e evoluísse assim para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo para o socialismo que queremos.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

## **Nossa vez, nossa voz: quem decide somos nós**

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso recorrerá a plebiscitos, assembléias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontrar.

*Confie em você, vote nos candidatos do PT!*

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Em 1935, no governo Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal desse tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A essa primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado pela ditadura do Estado Novo. Em 1953 surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. Mas o governo militar instaurado em 1964 alterou esse quadro e a partir de 1965 introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. Com essa lei, a ditadura militar criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), que centralizava as atividades de informação e contra-informação, em especial as relativas à segurança nacional, bem

como os serviços de informações das forças armadas e dos ministérios civis. Além disso, também criou, sob o pretexto de combater mais eficazmente as organizações de guerrilha urbana, um aparato repressivo que associava as antigas Delegacias de Ordem Política e Social (Dops) estaduais com novas estruturas criadas no âmbito do Exército, os Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). (N.E.)

<sup>2</sup> A União Nacional dos Estudantes, entidade nacional estudantil fundada em 1937, era então considerada ilegal pela ditadura militar. A legislação sindical vigente permitia apenas a existência de entidades de cúpula que congregassem os sindicatos de uma única categoria, as confederações, rigidamente controladas pelo governo, mas não permitia qualquer tipo de outra instituição que agrupasse categorias distintas. A partir das mobilizações sindicais do final dos anos 1970, que puseram em evidência o chamado “novo sindicalismo”, que se opunha à estrutura e às formas de ação herdadas do corporativismo sindical oriundo dos anos 1930 no governo de Getúlio Vargas e que foram preservadas pela ditadura militar, ressurgiu a necessidade da unificação que o fortalecesse e da criação de uma entidade que o coordenasse nacionalmente: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Naquele momento ainda se discutia sua formação, no âmbito da Comissão Nacional Pró-CUT, que viria a ocorrer em 28 de agosto de 1983. (N.E.)

<sup>3</sup> As leis mencionadas integravam o conjunto do aparato legislativo criado pela ditadura militar e se caracterizavam por seu extremado reacionarismo e autoritarismo. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encontrava-se em vigor desde 10 de novembro de 1943, agrupando parte substancial relativa ao direito do trabalho. O Conselho de Segurança Nacional teve suas origens no Conselho de Defesa Nacional, criado em 1927 e transformado em 1934 em Conselho Superior de Segurança Nacional. Após a implantação da ditadura militar em 1964 teve suas atribuições originais modificadas no sentido de ser o mais alto órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na formulação e na execução da política de segurança nacional. O Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações do Exército (CIE), órgãos de informações das forças armadas, caracterizavam-se por serem órgãos mistos de informação e segurança e que possuíam um perfil policial, além da extrema violência de suas ações. O Conselho Nacional de Censura foi criado em 21 de novembro de 1968 por meio de uma lei que tinha como objeto a censura de obras de teatro e cinema. Sobre os demais órgãos citados ver a nota 1. (N.E.)

<sup>4</sup> Em agosto de 1964 criou-se o Plano Nacional da Habitação, cuja gestão e financiamento seria feito pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), para “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”. O BNH foi extinto em dezembro de 1986. (N.E.)

<sup>5</sup> A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi uma importante alteração da CLT, promovida pela ditadura militar em setembro de 1966. Com ela

deixou de vigorar o instituto da estabilidade anteriormente existente na CLT, no qual o trabalhador dispensado injustamente tinha direito a uma indenização correspondente a um mês para cada ano de serviço e, após dez anos na mesma empresa, tornava-se estável, somente podendo ser demitido por falta grave ou evento de força maior, devidamente comprovado previamente na justiça. Com o FGTS os empregadores puderam rescindir o contrato de trabalho à vontade, independentemente do tempo de serviço do empregado. Os recursos do FGTS (8% do salário de cada trabalhador) eram administrados pelo BNH, que os empregava na construção de imóveis. Com a extinção do BNH, em 1986, os recursos do FGTS passaram a ser geridos pela Caixa Econômica Federal. (N.E.)

<sup>6</sup> O Pró-Álcool ou Programa Nacional do Álcool, criado em novembro de 1975, foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil, em razão da crise internacional do petróleo ocorrida em 1973. (N.E.)

<sup>7</sup> Uma tentativa de atrair investimentos estrangeiros para o setor de petróleo foi realizada durante o período do regime militar implantado no Brasil, em 1964, por intermédio dos chamados contratos de risco. No final de 1975, como uma tentativa de buscar alternativas à crise do petróleo ocorrida naquele mesmo ano, o governo autorizou a assinatura dos chamados contratos de risco entre a Petrobras e empresas petroleiras internacionais. Com uma produção declinante até o ano de 1978, a Petrobras viveria o resto da década sob forte pressão por resultados. Com base nesses contratos, o concessionário assumia todos os riscos, sendo reembolsado, sem juros, dos custos da exploração e do desenvolvimento dos campos pesquisados e tendo, ainda, o direito de adquirir uma certa quantidade do petróleo ou do gás descobertos, a preços internacionais, até um certo limite. Não havia o pagamento de *royalties* e os impostos brasileiros não podiam ultrapassar uma taxa de 25%, calculada sobre a remuneração do concessionário. Todavia, os contratos de risco não produziram os resultados desejados e terminaram banidos pela Constituição de 1988. (N.E.)

<sup>8</sup> O Projeto Grande Carajás foi um projeto de exploração mineral, implantado entre 1980 e 1986, naquela que é considerada a mais rica área mineral do planeta. Estende-se por cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, numa área que abrange os estados do Maranhão, parte do Tocantins e do Pará. (N.E.)

<sup>9</sup> Nome dado ao empreendimento de caráter privado desenvolvido pelo empresário norte americano Daniel Keith Ludwig, a partir de 1967, na Amazônia, na confluência dos rios Jari e Amazonas. Tratava-se de um gigantesco complexo econômico que envolvia atividades industriais, agrícolas e de extração mineral e vegetal. Enfrentando crescentes dificuldades econômicas, em janeiro de 1982 o controle acionário do Projeto Jari foi transferido para um grupo de empresas nacionais. Entre estas fazia parte o Banco do Brasil. A transferência foi viabilizada com mais recursos públicos que privados, sem que essa participação fosse acompanhada do correspondente controle oficial sobre a empresa. (N.E.)

# O PT E OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES

*Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrida nos dias 4 e 5 de dezembro de 1982, em Bragança Paulista. 6 p.*

Uma análise dos resultados das eleições de novembro mostra que tanto o governo e as forças que o sustentam quanto os setores liberais e conservadores que estão hoje em partidos de oposição podem se considerar vitoriosos. A avaliação dos números, ainda incompletos, permite diferentes interpretações dos resultados, mas duas constatações podem ser feitas: o governo e os setores liberais e conservadores da oposição atingiram seus objetivos nas eleições, embora não na dimensão que gostariam de ter alcançado; e a esmagadora maioria do eleitorado votou nos partidos de oposição.

## **Legitimação e união nacional**

Em nossa Carta Eleitoral, expusemos quais eram os objetivos do governo: “Para o governo e a sua base social as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de ‘abertura’. Através dela o que pretendem é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa (...). Para o regime, trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e concessões que incluem eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 64. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender as pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte realizada pelos donos do poder.”

Também na Carta Eleitoral, expusemos os objetivos de um setor da oposição: “Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de união nacional.”

Os resultados eleitorais permitem ao governo executar seus planos: o PDS elegeu mais da metade dos governadores, alguns em estados de peso, como Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco; manteve sua folgada maioria no Senado e a bancada majoritária, embora sem maioria absoluta, na Câmara dos Deputados; e tem maioria absoluta no Colégio Eleitoral, que, pela estratégia governamental, deverá escolher o futuro Presidente da República em 1985<sup>1</sup>.

A oposição liberal e conservadora, que agrupa setores das classes dominantes que têm contradições secundárias com o governo, aumentou seu peso na correlação de forças: elegeu nove governadores; melhorou sua posição interna no PMDB, elegendendo a quase totalidade dos parlamentares federais do partido e isolando os setores de

esquerda; obteve uma bancada, no PTB, que dá a esse partido importância numa composição com o PDS na Câmara<sup>2</sup>. Com isso, a oposição liberal e conservadora aumentou seu espaço político, visando negociações com o governo que lhe favoreçam.

Outro setor de oposição, agrupado no PDT, conseguiu eleger o governador do Rio de Janeiro e a terceira bancada parlamentar, melhorando suas condições de formação de um partido identificado com a social-democracia e com a Internacional Socialista<sup>3</sup>.

Mas o que os números das eleições mostram é que o eleitorado votou maciçamente nos partidos que se colocaram como oposição ao governo, inclusive no PTB. Os partidos de oposição ganharam nas capitais e nas cidades maiores, o PMDB elegeu os governadores de nove estados, entre eles São Paulo, Minas Gerais e Pará, o PDT elegeu o governador do Rio de Janeiro e a oposição tem maioria na Câmara dos Deputados. Mesmo no Rio Grande do Sul, onde o PDS venceu, o PMDB, o PDT e o PT somam mais da metade do eleitorado.

## **Os objetivos do PT**

A presença do PT nessas eleições também deve ser analisada a partir dos objetivos que traçamos para o partido. Diz a Carta Eleitoral: “Para os trabalhadores as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. (...) a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores. (...) É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.”

Diz ainda a Carta Eleitoral:

“O PT vai às eleições com dois objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.”

A seguir, a Carta Eleitoral diz que isso significa, para o PT, cumprir a exigência legal (depois revogada) de obter 5% dos votos para a Câmara, sendo 3% em pelo menos nove estados, conquistando bancadas parlamentares fortes e administrações estaduais e municipais; derrotar o governo e denunciar o caráter da “abertura”; demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores; fazer da campanha um período de fortalecimento da estrutura orgânica do partido, ampliando as filiações, nucleando e chegando ao interior; combater a demagogia e o populismo. “Em suma, será interesse do PT romper com as regras

tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.”

A questão para nós, então, é avaliar se cumprimos ou não os objetivos traçados na Carta Eleitoral. Sem dúvida, o PT mostrou sua presença na campanha eleitoral, deixando de lançar candidatos apenas em um estado – Alagoas – e um território – Roraima<sup>4</sup>. O partido se firmou como uma organização nacional. Novos quadros se revelaram na campanha. É claro que a campanha não se deu com as mesmas características, da mesma maneira, em todo o país. De modo geral, porém, o PT foi às ruas, fez comícios, foi de casa em casa, esteve presente – na maioria dos casos, positivamente – nos debates pela televisão e pelo rádio e ocupou espaços nos jornais.

Os resultados eleitorais foram fracos, abaixo de nossas expectativas mais pessimistas. Não conseguimos sequer cumprir o que a lei eleitoral exigia, antes de ser a exigência adiada para 1986: 5% do eleitorado do país e 3% em nove estados. Elegeamos apenas dois prefeitos<sup>5</sup> e poucos deputados estaduais e elegendo companheiros comprometidos com a Carta Eleitoral.

## **Alguns problemas da campanha**

É preciso que nossa avaliação da campanha eleitoral seja mais aprofundada. Essa avaliação tem de ser feita em cada estado, em cada município, pois não podemos deixar passar um momento de mobilização como esse sem dele extrair todas as experiências e lições. Nesse sentido, colocamos algumas questões com base no acompanhamento que o Comitê Eleitoral Unificado Nacional fez da campanha. Não são constatações definitivas, nem podem ser generalizadas, mas sintetizam alguns problemas que pudemos verificar na campanha:

1. Os resultados das eleições mostram que em todo o país os votos foram polarizados entre dois partidos, PDS e PMDB. As únicas exceções foram o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, com a presença do PDT, e São Paulo, com o PT. Mas mesmo nesses estados verificou-se a polarização no final da campanha, entre os partidos que mostravam ter mais chances de vitória.

Essa polarização tem várias razões, mas há um aspecto que devemos examinar com mais cuidado: o eleitorado queria votar na oposição para derrotar o governo. Ou seja, a tese do voto útil prosperou com base na disposição do povo de não deixar o PDS ganhar. O PMDB se beneficiou do “voto útil” em todo o país, menos no Rio, onde o beneficiário foi o PDT.

Ficou claro, na campanha, que o povo – mais explicitamente o eleitorado opositor – queria promover uma mudança imediata, ainda que não substancial. O importante era não deixar o PDS ganhar, mesmo que isso significasse a vitória de partidos que mudarão muito pouco, superficialmente.

O PT aparecia em praticamente todos os estados – a única exceção, em determinado momento, foi São Paulo – como um partido sem chances eleitorais, incapaz de eleger governadores. A vinculação dos votos, então, obrigava o eleitor que votaria no PT a votar no PMDB ou no PDT, para eleger o governador e derrotar o PDS.

Além disso, o PT acenava com mudanças de longo prazo, sem conseguir ligar nossa proposta de mudanças estruturais na sociedade com as questões mais sentidas

pelo povo agora. Na maioria dos estados não existiam programas de governo ou, quando existiam, não faziam a necessária ligação entre as conquistas imediatas que podemos ter com as conquistas de longo prazo. Isso reforçou no povo a visão de que o PT é um partido bom, simpático, correto, mas para o futuro – agora, o importante era votar em quem pudesse derrotar o PDS. É interessante notar que os candidatos mais identificados com propostas doutrinárias, que relegavam as questões imediatas, não trouxeram muitos votos para o partido.

2. Ainda com referência ao “voto útil”, há um outro aspecto: faltou a muitos militantes do partido força política e ideológica para se opor à tese defendida pelo PMDB. Muitos militantes sucumbiram às pressões do tipo “o PT vai tirar votos da oposição”, “vai beneficiar o PDS”, etc. e vacilaram não só na campanha como até mesmo na hora de votar. De outra maneira não se poderia explicar o fato de, em alguns lugares, o PT ter obtido menos votos do que o número de filiados.

Essa fragilidade ficou evidente nos últimos dias da campanha, quando em muitos estados e municípios não era possível prever quem ganharia, funcionando então os apelos de peemedebistas e pedetistas para que se votasse em seus candidatos. E isso certamente se refletiu na falta de empenho do partido em conquistar a enorme massa de indecisos apontada pelas pesquisas – muitos dos quais acabaram votando em branco, como mostram os números. Em muitos estados, o PT poderia ter multiplicado muitas vezes seus votos se tivesse ganhado pelo menos uma parcela dos que votaram em branco.

3. A Carta Eleitoral definiu a campanha do PT como uma campanha de luta: “Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.” Devemos avaliar se isso de fato ocorreu, ou se nos mantivemos nos desvios apontados pelo documento de 23 de setembro: o eleitoralismo e o doutrinário ou burocratismo<sup>6</sup>.

Na verdade, poucos comitês eleitorais unificados funcionaram corretamente. A falta de precisão da Carta Eleitoral sobre o que seria uma campanha unificada possibilitou interpretações diversas que acabaram levando a um ou outro desvio, ou seja, nenhuma centralização ou centralização excessiva e burocrática. Faltou, como o documento de 23 de setembro mostrava, uma compreensão da relação entre a luta eleitoral e a luta de massas.

Em alguns lugares, a campanha eleitoral foi reduzida a uma luta pela hegemonia no partido, com grupos e pessoas lutando para conquistar posições, impor candidaturas, privilegiar candidatos em detrimento de outros, indo até mesmo a boicotes e agressões.

4. Os maiores êxitos eleitorais e políticos do PT deram-se onde há um trabalho de base, junto ao povo: São Paulo, Acre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, o ABCD e os bairros operários e de periferia. Onde o PT está melhor enraizado nas lutas populares, houve melhor resultado; onde não existe esse enraizamento, não houve resposta eleitoral.

Da mesma maneira, os resultados eleitorais do partido refletiram o nível de organização e articulação interna. O que se viu, de modo geral, foram diretórios que não se reúnem, inexistência de núcleos, secretarias abandonadas ou transformadas

em instrumentos de grupos ou pessoas, comissões executivas que não conseguem dirigir politicamente o partido.

## **Nossa resposta ao regime**

O quadro político brasileiro não mudou em sua essência, mas certamente é diferente depois dessas eleições. Houve alteração na correlação de forças entre os diversos setores das classes dominantes, foram eleitos governadores pelo voto direto, o que implica num compromisso com os que os elegeram, fala-se em alterações na Constituição e em eleições diretas para presidente da República. O país atravessa uma grave crise econômico-financeira e recorreu ao Fundo Monetário Internacional [FMI] para equilibrar a situação, submetendo-se às suas exigências quanto à condução da política econômica. Isso prenuncia um período de maior recessão, mais desemprego, mais achatamento salarial, mais miséria.

No PMDB, os setores de esquerda, independentes ou organizados, sofreram uma derrota nas eleições, facilitando a hegemonia dos setores liberais e conservadores. O regime quer isolar a esquerda e o movimento popular e negociar com os chamados “moderados”. Na defensiva, e coerente com sua proposta política, a esquerda do PMDB se apressa em falar de união nacional e de entendimento, para evitar seu isolamento.

Diante disso, o regime sabe que o PT é o único partido, a única força política de peso que tem uma proposta política que não aceita a conciliação e que luta por transformações profundas na sociedade. Não foi gratuita a alegria de expoentes do regime, como José Sarney, Nelson Marchezan, Murilo Macedo e Rubem Ludwig<sup>7</sup>, com o que consideraram “derrota” do PT.

A única resposta que o PT pode dar às tentativas de nos isolar politicamente é a apontada desde a fundação do partido: a ligação com os movimentos populares e sociais, a construção do partido em bases sólidas a partir dessa ligação. Só assim o PT crescerá e se afirmará como proposta política para os trabalhadores.

O resultado eleitoral abaixo de nossas expectativas nos retirou alguns instrumentos com que contávamos para dar maior impulso a essa ligação – prefeituras, bancadas de vereadores, deputados estaduais e federais mais fortes –, mas em nada impede que o PT mantenha sua identidade política própria como expressão política dos trabalhadores, rejeitando inclusive propostas de formação de um “partido socialista” em bases populistas e com o objetivo de apresentar alternativas de gerência do sistema capitalista.

A crise econômica que o país atravessa reforça ainda mais a necessidade de o PT se voltar às lutas sociais, consolidando-se como partido político que não privilegia o eleitoralismo e a política institucional. Mas para isso é necessário que algumas questões sejam imediatamente atacadas pelo conjunto do partido:

1. a restauração e revitalização das direções, nos diversos níveis, para que assumam o comando político do partido e encaminhem a realização das pré-convenções e convenções marcadas para o primeiro semestre de 1983;

2. a organização e reorganização dos núcleos de base, resgatando a proposta original do PT;

3. a priorização das tarefas que possibilitem a formação política dos militantes;

4. a definição urgente de políticas do PT para os diversos movimentos populares: sindical, rural, de bairros, estudantil, de mulheres, negros, minorias;

5. a definição de uma política do PT nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional, com base nos princípios gerais estabelecidos na Carta Eleitoral;

6. a definição de uma política do PT quanto às prefeituras conquistadas, assegurando aos eleitos – prefeitos e vereadores – e aos diretórios municipais condições de cumprir os programas de governo apresentados na campanha e os princípios do partido;

7. maior presença da Comissão Executiva Nacional junto aos diretórios regionais, dando assistência política permanente.

### *Comitê Eleitoral Unificado Nacional*

## **NOTAS**

---

<sup>1</sup> O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar em dezembro de 1979 – foi criado em janeiro de 1980. Fundiu-se em abril de 1983 com o Partido Democrata Cristão (PDC), para dar origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Em 1982 o PDS elegeu 12 governadores, 15 entre os 25 cargos de senador em disputa (o que lhe fez, com os 31 senadores de que já dispunha, ter 60% do total de cadeiras do Senado Federal), 235 deputados federais (49,1% do total de cadeiras da Câmara dos Deputados) e obteve maioria em 12 Assembleias Legislativas, em um total de 22 no Brasil. Colégio Eleitoral era a designação comum para a forma pela qual se elegia o presidente da República durante a ditadura militar. Ele era composto por seis delegados de cada assembleia legislativa estadual e a totalidade dos membros do Congresso Nacional, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Em 15 de janeiro de 1985, apesar dos números mencionados, o candidato do PDS foi derrotado pelo candidato da oposição. Os membros do Colégio Eleitoral deram 480 votos a Tancredo Neves e apenas 180 a Paulo Maluf, tendo sido registradas 17 abstenções e nove ausências. (N.E.)

<sup>2</sup> O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar em dezembro de 1979 – foi criado em janeiro de 1980. Em 1982 o PMDB elegeu 200 deputados federais e 9 senadores. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que se reivindicava sucessor do antigo PTB, que existiu de 1945 a 1965 – foi registrado na justiça eleitoral em novembro de 1979. Em 1982 elegeu 13 deputados federais.

<sup>3</sup> O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado em setembro de 1980 após ter perdido para outro grupo a luta pelo registro da legenda do PTB, a que ambos haviam pertencido até 1965, com sua extinção. Em 1982 o PDT elegeu 23 deputados federais e um senador. A Internacional Socialista é uma organização mundial de

partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas. Atualmente congrega 159 partidos políticos e organizações em todos os continentes. A Internacional Socialista, cujas origens remontam a antigas organizações do movimento dos trabalhadores, existe em sua atual forma desde 1951, quando foi restabelecida no Congresso de Frankfurt, na Alemanha. (N.E.)

<sup>4</sup> Em 1982 o Brasil estava dividido em 26 unidades federativas: 24 estados e dois territórios (Amapá e Roraima). Em 1981 Rondônia deixara de ser território. Apesar disso, o governador de Rondônia foi indicado pelo presidente da República, razão pela qual não houve ali eleições para este cargo. (N.E.)

<sup>5</sup> Referência aos municípios de Diadema, em São Paulo, e de Santa Quitéria, no Maranhão.

<sup>6</sup> Referência à circular “Documento do Comitê Eleitoral Unificado Nacional, aprovado pela Comissão Política da Comissão Executiva Nacional em 23 de setembro de 1982”.

<sup>7</sup> José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930), advogado, adotou legalmente o nome de José Sarney Costa em 1965. Em 1982 era presidente nacional do PDS e senador pelo Maranhão. Nelson Marchezan (1938-2002), advogado. Em 1982 era deputado federal pelo Rio Grande do Sul pelo PDS e presidente da Câmara dos Deputados. Murilo Macedo (1923-2003), advogado. Em 1982 era ministro do Trabalho, cargo que ocupou de 1979 a 1985. Rubem Carlos Ludwig (1926-1989), militar. Em 1982 era chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, cargo que ocupou até 1985. (N.E.)

# A DIREÇÃO DO PT FAZ A AUTOCRÍTICA

Jornal dos Trabalhadores, n. 19. São Paulo, 20 jan. 1983, p. 8.

## Os erros e os acertos

O PT, nas eleições, conseguiu menos do que esperava e do que aliados e inimigos imaginavam, mas conseguiu mais do que tinha antes.

Essa é uma das principais conclusões contidas no documento de avaliação preliminar da campanha eleitoral elaborado pela Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Cópias do documento foram enviadas (pela circular 16/82 da Secretaria Geral Nacional) aos membros do Diretório Nacional e aos diretórios regionais. Na circular recomenda-se, com ênfase, que os diretórios regionais promovam a mais ampla divulgação do documento, “que servirá de subsídio para a avaliação do processo eleitoral pelas bases do Partido”. Também se recomenda que os diretórios regionais realizem, até o final de janeiro, reuniões estaduais e municipais ampliadas, e que o resultado dessas avaliações seja levado à reunião do Diretório Nacional, em Brasília, no dia 5 de fevereiro.

É o seguinte o texto integral do documento de avaliação preliminar da campanha eleitoral elaborado pela Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores:

“A Comissão Executiva Nacional reunida nos dias 4 e 5 de dezembro teve a oportunidade de fazer uma ampla discussão sobre a participação do Partido nas eleições de 15 de novembro. Os resultados são enviados agora a todos os organismos do PT. Não se trata, aqui, evidentemente, de uma avaliação conclusiva da nossa participação nas eleições, a qual só poderá surgir como resultado final do processo de debate já em curso no interior do Partido. Trata-se de uma avaliação preliminar que a CEN apresenta como contribuição ao debate. Para os organismos partidários que ainda não tenham iniciado a discussão, esta avaliação preliminar poderá servir também como um roteiro.

É do entendimento da CEN que o debate sobre os resultados eleitorais e, em particular, sobre a nossa participação, deve se fazer, em nossas fileiras, do modo mais amplo e democrático possível. A CEN tem observado que em muitos organismos do Partido a discussão se tem limitado a uma avaliação extremamente superficial. Muitos companheiros nossos parecem temer que uma discussão mais aprofundada entre nós possa abrir flancos a críticas vindas de fora, da parte de nossos adversários e de alguns de nossos aliados. Entende a CEN que uma atitude temerosa em face da discussão só pode levar a prejuízos para o Partido, pois, no temor de críticas que venham de fora, acabamos por deixar que os problemas se acumulem dentro do Partido, sem que se definam precisamente perspectivas de solução, por falta de um debate esclarecedor.

## **1. O governo e as oposições**

O Governo federal conseguiu sair fortalecido de um processo eleitoral que ele próprio havia condicionado com os casuismos, as imposições da Lei Falcão<sup>1</sup>, o uso desenfreado da máquina do Estado e da corrupção em larga escala. Isso se evidencia numa apreciação dos resultados a nível nacional: o PDS foi vitorioso sobretudo nos Estados mais pobres, mais dependentes, portanto, do Governo Federal. No conjunto do país, o PDS levou à prática, com êxito, uma política de clientela em ampla escala, visando tanto as cidades pequenas do interior quanto as populações periféricas das grandes cidades. Não se pode esquecer que o PDS ficou com a maioria dos Estados, incluindo alguns da importância histórica de Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Os partidos de oposição, em particular PMDB, ficaram com a maioria dos votos populares. Isso significa dizer que a maioria do povo brasileiro votou contra o regime, buscando algum caminho para mudar a situação atual. Nesse sentido, as eleições significaram um sério desgaste do regime perante a opinião pública.

É importante ressaltar, porém, que conforme o PT já observara em muitos dos seus pronunciamentos, o PMDB, maior beneficiário das eleições no campo das oposições, toma o caráter de um partido confiável ao regime. Isso era previsível desde a incorporação do PP, pela qual o PMDB absorveu, de fato, um sem-número de egressos da antiga Arena. E se torna ainda mais evidente agora, em face das manifestações de Tancredo Neves<sup>2</sup> no caminho de uma conciliação com o PDS. Os resultados eleitorais mostram, assim, um quadro político de conciliação entre os grupos dominantes, agrupados no PDS e nas posições de mando do PMDB.

## **2. O PT nas eleições**

Nesse quadro, há que reconhecer, com toda clareza, que o PT ficou a menos do que esperávamos e mesmo a menos do que nossos aliados e muitos dos nossos adversários imaginavam. Nossas expectativas mínimas para o pleito eram as definidas na lei dos partidos. Embora de aplicação suspensa em 1982, a lei serviu-nos para quantificarmos o nosso objetivo mínimo: 5% de votos, em escala nacional, e pelo menos nove Estados com mais de 3% de votos. Aparte São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia e Acre<sup>3</sup>, não alcançamos os mínimos esperados. Do mesmo modo, embora tenhamos atingido 10% dos votos em São Paulo, não atingimos os 5% dos votos nacionais.

É importante que o Partido discuta e estude as razões desses fatos. Sabemos que a maioria da população brasileira se orientou para, uma vez mais, protestar contra o regime. Por que o nosso Partido, que é, inquestionavelmente, o mais definido como partido de oposição, apresenta resultados tão

débeis? Exceto no Estado de São Paulo – e, eventualmente, no Acre – nunca foi pretensão nossa um desempenho tão favorável que pudéssemos estar em condições de vencer as eleições majoritárias. E, mesmo em São Paulo, nossa disposição de “lutar para ganhar” aparecia como resultado das preferências manifestas de partes importantes do eleitorado, mais do que de definição prévia de nossa tática eleitoral. Em todo caso, o certo é que, para a quase totalidade dos Estados, não pretendíamos mais do que conquistar uma posição de 3%, uma posição pequena, mas suficiente, segundo nossa estratégia de luta. Por que não fomos capazes de conquistar esses 3% em mais do que quatro Estados?

Esta é a primeira questão para a qual devemos, como Partido, explicação. Mas, antes de apresentarmos aqui algumas tentativas de resposta, é importante ressaltar que os pontos de vista da CEN não pretendem conduzir a nenhum pessimismo. Trata-se de buscar a maior objetividade possível na avaliação. Neste sentido, devemos reconhecer, com clareza, que se não conseguimos o que queríamos, conseguimos mais do que tínhamos.

No conjunto do País, conseguimos oito deputados federais, treze deputados estaduais e algumas dezenas de vereadores. Conseguimos ainda resultados favoráveis que não aparecem nesses números, mas que se revelaram durante a campanha. Pela primeira vez, pudemos colocar a nossa proposta partidária para as mais amplas massas em todo o País. Por menos que isso apareça nos resultados eleitorais, ninguém há de negar que o nosso esforço de propaganda, com todas as suas limitações, atingiu muito mais gente do que qualquer das nossas campanhas anteriores. A legenda do PT foi levada aos quatro cantos do País como nunca fomos capazes de fazer antes.

Também é importante assinalar que, mesmo num quadro que fica a menos do que esperávamos, o PT conseguiu lançar uma importante base de massas no Estado de São Paulo. Embora nosso desempenho tenha sido, mesmo em São Paulo, inferior ao desejado, não há que negar que conseguimos implantar o Partido como força política apreciável naquele Estado. E nos casos do Rio, Minas<sup>4</sup>, Rondônia e Acre, conseguimos superar o mínimo de 3%, como também conseguimos importantes pontos de apoio em todos os demais Estados.

### **3. PT: alguns dos nossos erros**

Por que não conseguimos o que queríamos? Algumas explicações já foram apresentadas. Tivemos, contra nós, os casuísmos do Governo e o poder econômico, tanto do PDS quanto do PMDB, bem como os setores da grande imprensa ligados aos partidos dos grupos dominantes. Sem esquecer, evidentemente, setores da própria esquerda que se uniram a parcelas da burguesia liberal, visando também o descrédito da nossa proposta de organização dos trabalhadores. Além disso, é inegável que as eleições trans-

correram, na maioria dos Estados, como eleições plebiscitárias, ao estilo do que já ocorreu em 1974 e em 1978. Significa dizer que o PMDB conseguiu, na maioria dos Estados, apresentar-se como a única alternativa real de oposição, estreitando assim o campo para o surgimento de qualquer proposta nova. Na verdade, as únicas exceções a essa regra geral são os Estados de São Paulo – onde o PT e o PTB conseguiram furar o bloqueio plebiscitário –, Rio de Janeiro – onde o PMDB já era Governo, possibilitando assim o crescimento do PDT – e o Rio Grande do Sul – onde o PDT mantém uma importante reserva da tradição trabalhista. Todos esses fatos são conhecidos e devem merecer reflexão de todos nós, mas ainda assim não bastam como resposta.

E, na verdade, não conseguiremos nenhuma resposta satisfatória até que sejamos capazes também de avaliar a participação do PT nas eleições, com todos os seus erros e os seus acertos.

Alguns dos nossos erros durante a campanha dependem de outros que cometemos antes de iniciarmos a campanha. Não completamos, em nenhum Estado, as listas de nossos candidatos a deputado federal, deputado estadual e vereador. Na maior parte dos casos ficamos com um terço dos candidatos a que teríamos direito; em muitos casos ficamos até com menos do que isso. Esse fato aconteceu, não obstante as advertências da CEN antes do pleito, chamando a atenção das direções regionais nos Estados. O resultado de fatos como esse foi que só tivemos, na maior parte dos Estados, uma possibilidade mínima de confronto com as máquinas eleitorais dos demais partidos.

Por que não fomos capazes de completar as listas? Alguns companheiros insistem em dizer que isso se deve simplesmente ao fato de que não tínhamos ainda em nossas fileiras gente que se dispusesse a concorrer. Isso é verdade, mas apenas em parte serve como explicação. Fator mais importante é que em muitos Estados as direções partidárias simplesmente ignoraram a necessidade de lançar o maior número possível de candidatos. E, portanto, não prepararam o Partido, não estimularam os companheiros a que participassem das eleições como candidatos. Houve casos em que, pelo contrário, muitos companheiros foram desestimulados para não competir com as candidaturas de outros companheiros. Assim como houve casos de companheiros que apresentaram as suas candidaturas apenas para tomar lugar de algum outro, não para concorrer, de fato, às eleições.

Alguns dos nossos erros durante a campanha dependem, dizíamos antes, de erros que cometemos antes da campanha. Na verdade, faltou-nos um mínimo de organização partidária para fazermos face a uma campanha como a de novembro. A grande maioria das nossas direções partidárias praticamente se dissolveu durante o processo eleitoral. Quase todos os membros das nossas direções se apresentaram como candidatos. Isso talvez fosse

inevitável, necessário mesmo. Mas o resultado é que não sobrou a esses companheiros tempo para as funções normais de direção. Isso é verdade para as direções em geral, tanto a nacional como as estaduais e municipais. Na grande maioria, foram obrigadas a se diluir no processo eleitoral. O que significa dizer que erros eventualmente cometidos no encaminhamento da campanha não poderiam ser submetidos ao controle de nenhum dos nossos organismos dirigentes.

Os efeitos dessa diluição das direções tornaram-se tanto mais graves quanto se sabe que em muitos Estados os nossos Comitês Unificados não passaram de figuras de papel. Há exceções, como São Paulo, Rio, Minas e outros. Em muitos Estados, porém, o que se chamava de Comitês Unificados não era senão um aglomerado de dirigentes, candidatos e militantes. Significa dizer que, na maior parte dos Estados, os Comitês, na verdade, nem chegaram a existir como organismos capazes de levar avante a campanha. Por outra parte, a ação do Comitê Unificado Nacional foi muito superficial como ajuda às campanhas estaduais. Como era de sua natureza, ele só podia ter eficácia como um organismo de observação, nunca de intervenção nas campanhas, sempre de natureza estadual e, portanto, submetidas diretamente aos organismos estaduais. Tudo isso significa que o Partido ficou, na verdade, acéfalo durante a campanha. Por isso não pudemos corrigir em tempo os erros que pudemos perceber.

Ainda mais: no plano político eleitoral, ficamos no ataque às questões gerais, deixando em segundo plano as questões concretas. Um exemplo disso está no doutrinário característico de muitas de nossas campanhas estaduais e de muitos de nossos candidatos, tanto a deputado quanto a governador e a senador. Com exceção de uns poucos Estados, não tínhamos planos definidos de Governo nem propostas concretas para resolver os problemas. Daí que muitos de nós preferíamos partir para posições doutrinárias de pregação em abstrato em favor do socialismo. Muitos outros transformaram as eleições em um momento de mera agitação de slogans, contra os patrões, contra a ditadura, etc., sem nenhuma preocupação real com as questões concretas do dia-a-dia dos trabalhadores e do povo.

Outros exemplos aparecem na nossa propaganda pela televisão e na nossa propaganda em geral. Na televisão a apresentação de slogans dos nossos candidatos tomou, por ingenuidade nossa, quase o caráter de um prontuário de polícia. Não avaliamos devidamente as limitações técnicas e políticas da Lei Falcão e, às vezes, até, por excesso de respeito às leis em vigor, introduzimos em nossa propaganda informações que deveríamos simplesmente ter omitido. Por exemplo, dizer na apresentação de um candidato que ele foi preso ou condenado pela LSN<sup>5</sup> sem poder explicar ao povo os porquês levava a transmitir uma impressão errada: o candidato em questão deixava de aparecer como vítima da repressão para aparecer como bandido.

Do mesmo modo, erramos ao conceder demasiado espaço em nossa propaganda a certas reivindicações de minorias, as quais não tínhamos espaço nem tempo para aplicar. Aprendemos assim que, em campanha eleitoral, como em qualquer campanha de massa, a propaganda só deve fazer referência àquilo que se é capaz de explicar com a maior clareza. Deve ater-se ao essencial.

#### **4. PT: aprender com a luta de massas**

Como entender um acúmulo de erros de tais proporções? Como entender que o PT não tenha conseguido levar a sua proposta com toda a clareza necessária? No entendimento da CEN, uma das raízes de nossos erros de campanha está em que não fomos capazes de levar à prática, na medida necessária, a nossa Carta Eleitoral. Nesse particular, há dois tipos de erros sobre os quais não podemos passar por alto.

Para uma parte dos nossos companheiros, a campanha eleitoral não foi uma campanha do PT, visando à construção do PT, mas uma campanha para atender aos objetivos eleitorais deste ou daquele companheiro, deste ou daquele grupo ou tendência. Houve quem transformasse a campanha eleitoral numa espécie de prévia para disputas aparelhísticas de posições dentro do Partido. Esses não se preocupavam em jogar a campanha para fora, para as massas, para os trabalhadores, mas faziam campanha dentro do partido, numa luta típica de uma visão aparelhística da política. Do mesmo modo, houve quem transformasse a campanha eleitoral numa simples oportunidade para a conquista de posições pessoais (ou grupais) no Parlamento. Por causa dessas visões equivocadas da campanha, muitos dos nossos companheiros gastavam mais tempo brigando dentro do Partido do que fora dele. O Partido, por isso, sofreu de um “internismo” que o prejudicou seriamente.

Um outro erro político grave foi uma incorreta compreensão da relação, estabelecida na Carta Eleitoral, entre luta eleitoral e luta de massas. Hoje, depois das eleições, podemos ver claramente que tivemos êxitos eleitorais onde tínhamos, antes das eleições, luta de massas. É o caso de Estados como São Paulo e o Acre ou de regiões como o ABCD, em São Paulo, ou certas favelas no Rio de Janeiro. Podemos ver claramente que tivemos também êxitos onde a campanha foi levada para as massas, tornando-se a luta eleitoral um instrumento para a construção do PT. Temos inúmeros exemplos individuais de companheiros que, ganhando ou perdendo, jogaram o Partido para as ruas, construindo assim novas ligações de massas para o PT.

Não foi essa, porém, infelizmente, a compreensão da maioria dos nossos companheiros. Não há como deixar de reconhecer que, em muitas partes, a luta eleitoral foi, como tal, subestimada. Muitos não compreenderam que, embora sendo um aspecto secundário da luta popular, a campanha

eleitoral deveria ter-se tornado para todos um instrumento de ligação do Partido com as massas. Na incompreensão disso está a raiz de muitos erros, como um doutrinário que não tem nada que ver com a consciência real das massas, um eleitoralismo que se revelou frustrante para a maioria dos que o praticaram, um aparelhismo que não leva a lugar nenhum, etc.. E o que é mais grave: na luta política real que se dava durante o processo eleitoral, houve muitos, dentro do Partido, que, sem uma compreensão real do momento, não tiveram firmeza para sustentar a posição do PT onde ela de fato estava. Houve muitos que fugiram “para frente” (do qual o doutrinário é exemplo típico) e muitos que fugiram “para trás”, alguns cedendo mesmo às campanhas de adversários nossos, como a campanha do “voto útil”, etc.

A campanha eleitoral trouxe, como se pode ver, alguns ensinamentos. Não se pode dizer que sejam ensinamentos novos, mas ninguém pode negar que sejam válidos. Se os resultados das eleições deixam muito a desejar, não é porque nos tenha faltado uma proposta correta de luta de massas e de organização política a partir das bases. Na verdade, isso é o cerne da proposta do PT como partido político, um partido de tipo novo, de massas, aberto e democrático. Se os resultados eleitorais deixam a desejar foi porque na maioria dos casos não tomamos a sério aquilo mesmo que propusemos: organizar a partir dos núcleos e estar presente, lado a lado com os trabalhadores, nas suas lutas concretas. Os poucos êxitos que tivemos durante a campanha se devem a um trabalho de base feito antes ou durante a campanha. É esse o caminho que devemos seguir daqui para frente.

Temos pela frente muito tempo para fazermos tudo o que não pudemos fazer antes. Nosso caminho não pode ser outro: ampliar a filiação, desenvolver a nucleação, juntar-se às lutas concretas dos trabalhadores. E temos também inúmeras lutas concretas onde o PT não pode faltar. Está aí o acordo do Governo com o FMI [Fundo Monetário Internacional], com todas as suas repercussões sobre as condições de vida dos trabalhadores. Temos uma luta que deve ser permanente, visando mobilizar os trabalhadores e o conjunto do povo brasileiro contra a recessão econômica. Temos também a luta, que continua, contra a Lei de Segurança Nacional, contra a Lei de Greve, contra as leis que determinam o atrelamento dos sindicatos ao Governo. Temos a luta pela defesa das leis salariais, que o Governo quer mudar em prejuízo ainda maior dos trabalhadores. E temos lutas contra o aumento do custo de vida, saída que o Governo busca para jogar os efeitos da crise em cima dos ombros dos trabalhadores.

São essas as lutas do PT daqui para frente. E o PT estará preparado para elas na medida em que a maioria dos seus militantes tome a sério a proposta de organização partidária do PT. Trata-se de lutar para organizar os trabalhadores em núcleos, de baixo para cima, em um partido aberto, de massas, democrático, como queremos ser.

Organizar a partir dos núcleos e estar presente, lado a lado com os trabalhadores, nas suas lutas concretas. Esse é, desde o início, o caminho do PT. Esse é, também, hoje mais do que nunca, o caminho que seguiremos daqui para diante.

## 5. Considerações finais

A Comissão Executiva Nacional tem observado em muitos organismos do PT uma propensão a avaliações demasiado genéricas da nossa participação no pleito. Muitos de nossos companheiros falam demasiado das condições difíceis que nós, do PT, tínhamos de enfrentar nas eleições, deixando pouco espaço para a avaliação dos nossos próprios erros e, eventualmente, dos nossos acertos. É certo que enfrentamos condições difíceis, mas não podemos jogar sobre elas as responsabilidades por nossos próprios erros, assim como não podemos jogar sobre elas os méritos de nossos acertos. Uma avaliação correta do pleito e de nossa participação nele só será possível na medida em que nós tenhamos a coragem de sermos tão objetivos em relação ao nosso próprio desempenho como temos sido para avaliar as condições difíceis em que somos obrigados a atuar.

Essas são algumas das observações que a CEN tem a fazer como contribuição inicial ao nosso debate. Não temos qualquer razão séria para temer um debate aberto entre nós. Não temos qualquer razão séria para temer que esse debate venha a público. O desenvolvimento entre nós da crítica e da autocrítica, praticadas, como é do espírito do PT, com companheirismo e humildade, só pode vir em benefício do desenvolvimento do Partido, já que nos prepara para um nível elevado de qualidade no trato das questões partidárias.

Comissão Executiva Nacional, Partido dos Trabalhadores.”

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Esta lei, que levava o nome do ministro da Justiça Armando Ribeiro Falcão (1919-) do governo de Ernesto Geisel – pois o projeto de lei que lhe deu origem foi elaborado sob sua orientação –, reformou o Código Eleitoral. Os seus dispositivos restringiram o acesso dos candidatos aos meios de comunicação eletrônica, obrigando-os apenas a apresentar seus currículos e plataformas e os seus retratos, no caso da televisão, impedindo assim o livre debate. (N.E.)

<sup>2</sup> Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), advogado. Em 1982 era senador do PMDB por Minas Gerais e acabara de ser eleito, em 15 de novembro, governador de seu estado. (N.E.)

<sup>3</sup> A Emenda Constitucional n. 11, de 1978, que fora editada com vistas às eleições de 1982, modificou a regra relativa à chamada “cláusula de barreira” – um índice

mínimo de votos que um partido deveria ter para poder funcionar –, e limitou-a para 5% do eleitorado que houvesse votado para a Câmara dos Deputados, distribuído em pelo menos nove estados, sendo que em cada um deles deveria se atingir no mínimo 3%. Sua aplicação foi suspensa para as eleições de 1982. O PT obteve, respectivamente, 14,5%, 3,0%, 3,5% e 6,1% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados nos estados mencionados. Note-se que, por não estarem todos os dados ainda disponíveis no momento em que este documento foi redigido, não consta aqui o território do Amapá, onde o PT conquistou 3,4% dos votos válidos. Nacionalmente, no que se refere aos votos para a Câmara dos Deputados, o PT obteve 1.458.719 votos, ou seja, 3,5% dos votos válidos. (N.E.)

<sup>4</sup> Há aqui, evidentemente, um erro na inclusão de Minas Gerais, no qual o PT obteve 104.694 votos para a Câmara dos Deputados, o que correspondia a 2,1% dos votos válidos. Como vimos anteriormente, os estados, além do Amapá, nos quais o PT havia obtido uma votação acima de 3% foram Acre, Rondônia, Rio de Janeiro e São Paulo. (N.E.)

<sup>5</sup> LSN: Lei de Segurança Nacional. Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal desse tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953 surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. Mas o governo militar instaurado em 1964 alterou este quadro e a partir de 1965 introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. (N.E.)

MESA-REDONDA:  
“ERROS DEVEM SER CORRIGIDOS” -  
“DAQUI PARA A FRENTE, ORGANIZAR O PARTIDO”

Jornal dos Trabalhadores, nºs 18 e 19. São Paulo, 22 dez. 1982 e 20 jan. 1983  
(respectivamente), p. 4 (em ambos os números).

Logo após o 15 de novembro, o *Jornal dos Trabalhadores*<sup>1</sup> realizou, em sua redação, uma mesa-redonda entre quatro companheiros, para avaliarem a campanha e os resultados eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

Participaram dessa mesa-redonda os petistas José Dirceu, membro do Comitê Eleitoral Unificado regional de São Paulo; Reginaldo Prandi, sociólogo e pesquisador; Roberto Braga, especialista em publicidade; e Eduardo Jorge, médico sanitário eleito deputado estadual pela Zona Leste de São Paulo.

*Qual é a sua avaliação geral sobre a campanha eleitoral do PT em todo o País? Quais foram os ganhos e as perdas, os avanços e os recuos? A seu ver qual foi a principal falha da campanha e o mérito principal?*

**Reginaldo Prandi:** Não temos ainda muitos elementos para traçar um quadro geral, principalmente sobre todo o País. Sobre São Paulo já é possível fazer uma avaliação. Mas só vamos poder chegar a um resultado mais preciso quando se puder ter acesso ao conhecimento da votação do PT nos diferentes bairros e distritos da capital e nas diferentes regiões do Estado. A gente sabe que o PT, em muitos bairros e muitas regiões, não é simplesmente um quarto colocado, como os resultados gerais mostram. É muito menos é um partido de estudantes, crianças e políticos imberbes, como quer mostrar a grande parte da dita grande imprensa. Em bairros habitados por uma fração muito importante da classe trabalhadora o PT não é simplesmente o quarto colocado. O PT aparece como segundo colocado, ou seja, ele é a segunda força. É uma força organizada, não é apenas a soma de votos, mas expressa um conjunto da população que se organiza, que se mobiliza, que está presente. O mérito principal da campanha do PT foi justamente mostrar o partido. E quando o partido se mostrou carrancudo e feio, na verdade o PT mostrou o seu lado que não se pode esconder. Aquilo que poderia aparecer como a característica mais pesada do PT apareceu na campanha. E se isso trouxe algum prejuízo em termos eleitorais, eu acho que ele trouxe um avanço muito grande: o Partido se mostrou tal como ele é, ou tal como está organizado no momento. Em nenhuma situação o partido vendeu uma imagem falsa dos seus aspectos ou das condições de trabalho dos seus membros e dos seus candidatos. O que se pode fazer a partir de agora é retrabalhar essa imagem no sentido de saber o que é essa imagem do partido, de tal modo que a gente possa mesmo avaliar até que ponto a questão do preconceito é uma questão a ser enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores.

**Roberto Braga:** Para mim houve dois tipos de campanha: houve uma campanha política em que o partido procurou se organizar, procurou trabalhar junto com

seus militantes e com os eleitores, e isso foi um avanço bastante grande, inegável; e houve uma imagem.

Na análise da campanha publicitária as opiniões veiculadas no rádio, na televisão e nos jornais são bastante diversas. Eu gostaria de registrar dois tipos de opiniões: opiniões de quem está procurando analisar o PT dentro do que ele é e opiniões de pessoas que estão querendo combater o PT; essas vão procurar arranjar argumentos para procurar reduzir a expressão do PT a zero, para que ele venha a se diluir. Essa dupla visão de opiniões está ligada também à própria campanha publicitária. Na política tradicional, política que se conheceu pelo menos nos últimos dezoito anos, a imagem do candidato não tem nada que ver com as propostas políticas do partido. Para mim, é uma visão mercadológica de uma campanha eleitoral, que é uma campanha de mercado, é uma campanha de imagem. Os especialistas em *marketing* político que assessoram os candidatos de outros partidos consideram o eleitor como um consumidor insatisfeito e o candidato como uma mercadoria a ser vendida. Então, as pesquisas têm de avaliar o que os consumidores querem, quais são as demandas dos votantes, e, a partir daí, lançar uma imagem que seja comprável. O eleitor fica satisfeito, porque votou certo, votou bem, comprou bom produto; é evidente que não tem garantia de qualidade e nada disso, mas o candidato acaba se elegendo. Dentro dessa visão mercadológica, o candidato tem de ser apresentado de uma determinada maneira.

Quando se analisa a campanha do PT com essa visão mercadológica vai se chegar à conclusão de que nós oferecemos um produto que não é do agrado da população. E uma opinião explicável: “Olha, o povo não quer um ex-detento, um ex-cassado. O povo reage, é conservador.”

É evidente que há esse lado conservador da sociedade, mas afirmar que a campanha publicitária do PT apresentou um produto que o povo não queria é o mesmo que dizer que o povo não sabe votar porque não escolheu o político autêntico. Enfim me parece que essa visão mercadológica é insuficiente para se analisar o resultado das eleições. Já escutei pessoas achando que o PT fez um erro de *marketing* político, que ele deveria veicular uma imagem melhor.

Eu realmente sou completamente contra análise, qualquer saída através do *marketing*. A estrelinha do PT tinha uma mensagem, tinha uma força extraordinária, mas é insuficiente, porque isso é somente mercado, é somente imagem, ela não consegue trabalhar politicamente o que significa tudo isso. Pela televisão, ela atinge o interior todo, todos os Estados com uma mensagem. Para nós, a Lei Falcão<sup>2</sup> trouxe prejuízos: as pessoas viam a estrelinha e depois todo mundo de cara parada, ex-detento, ex-isso, ex-aquilo. Enfim, currículos que não querem dizer nada, mas não é por causa desses currículos que os candidatos foram lançados, evidentemente. A imagem publicitária que foi veiculada não teve nenhum respaldo de um trabalho político por trás, para explicar porque essas pessoas estavam se candidatando, por que estávamos lançando um operário para governador. Onde não foi possível fazer um trabalho político a campanha publicitária foi prejudicial, porque dava argumentos para serem usados contra a proposta do PT, contra o partido. Para muita gente, o pouco que conhecem do PT é aquilo que foi visto na televisão e escutam os argumentos: “Olha, o Lula não tem competência, o Lula não sabe governar, o Lula tem uma casa no Morumbi.”

E isto aí acaba sendo levado em consideração porque uma das condições da publicidade é legitimar a imagem. Mas eu acredito que trazer essa visão mercadológica é justamente fugir do problema político. Se a gente cai nesse tipo de argumentação mercadológica, nós não estamos inovando, nós estamos reproduzindo justamente a política que existia antes.

**Eduardo Jorge:** Ainda não temos uma idéia mais concreta da situação nos outros Estados. Mesmo em relação a São Paulo, lá na região em que a gente trabalhou, nós mesmos estamos começando essa avaliação agora. Vou adiantar algumas posições discutidas com alguns grupos.

Primeiro, acho que o grande mérito da campanha foi confirmar a proposta do Partido dos Trabalhadores, que só com a organização da classe trabalhadora é que a gente vai conseguir mudar essa situação. Não vai ser com pura agitação, com propaganda, com *marketing*, com televisão que a gente vai conseguir alguma alteração na sociedade. Somente com aquela proposta original da gente, que é organizar os trabalhadores no movimento sindical, no movimento popular e em partidos políticos, independentes, da classe trabalhadora, é que a gente vai ter condição de realmente fazer mudanças de peso nesse País. A eleição confirmou inteiramente isso. Vai ser importante a gente analisar os mapas para ver não só onde a gente teve votação, mas ver que isso vai confirmar que nos locais onde havia algum trabalho do PT já organizado, minimamente enraizado, aí a classe trabalhadora foi bem nas eleições. O principal mérito da campanha é a gente ver confirmada essa proposta, que só com a organização da classe trabalhadora no movimento sindical, no movimento popular autônomo e em partidos políticos independentes, da sua classe, é que a gente vai ter condições de fazer alterações de peso na sociedade brasileira. Hoje a gente ouviu algumas críticas de pessoas que acharam que houve radicalização, que poderia ter sido feito um *marketing* diferente. Acho que essas pessoas, dentro e fora do PT, tinham ainda a ilusão de que poderiam arrastar setores amplos da classe trabalhadora sem fazer um trabalho de organização lento nesses setores; por isso, ficam decepcionados e fazem críticas até derrotistas em relação ao Partido.

Não é essa a situação do pessoal na Zona Leste, onde existe um movimento popular, onde há pessoas ligadas ao movimento sindical e um mínimo de estruturação do Partido. Lá o pessoal analisou os resultados e está animado para continuar a luta de organização do Partido. Não há desânimo de jeito algum. Já estive em três ou quatro núcleos que fizeram avaliação e o ânimo é bom, o ânimo é de avançar na organização do Partido. Esse é o principal mérito da eleição, confirmar que o caminho que o PT propõe é o certo. Quanto às falhas, acho difícil a gente ter um culpado. E acho que a gente não deve ficar procurando esse culpado: os 10% de votos refletem a real implantação que o PT tem. Não dava para ir além disso com a organização que a gente tem.

Houve deficiências do Partido. A impressão que se tem é que o Partido ainda não funciona com a coesão e a unidade próprias de um Partido. O PT ainda é muito mais um movimento. Existe muita gente que está apoiando a proposta do PT mas não existe uma vida orgânica de partido, ainda. Não se trata de culpar a direção. Isso é responsabilidade tanto da direção quanto dos diretórios distritais, como dos próprios núcleos de base do partido. As dificuldades vieram desde a feitura da plataforma eleitoral, de como saíram os candidatos e de como foi organizada a campanha,

que refletiu a pouca coesão partidária do Partido. A escolha dos candidatos foi feita de forma muito heterogênea. Houve diretório que fez consulta ampla. No Diretório de Itaquera nós fizemos primeiro uma pesquisa na região. Mais de mil pessoas foram pesquisadas sobre as eleições, sugestão de candidatos, sugestões de como fazer a campanha. Depois essa pesquisa foi consolidada numa assembléia popular da região, com trezentas pessoas, que votaram secretamente quais os candidatos que o Diretório ia levar para a convenção. Dessa votação secreta saíram um candidato a deputado federal, um estadual e um a vereador. Outros candidatos foram escolhidos de forma diferente. Dessa forma ficava muito difícil fazer uma campanha unificada. Aí acontecem as dificuldades na organização da própria campanha e, a gente sentiu o seguinte: a direção refletiu essas dificuldades dos diretórios distritais e dos núcleos, e não teve condições de fazer uma proposta melhor, mais avançada e mais unificada, e foi a reboque do que o partido pensava, muitos acharam que a campanha tinha de ser baseada em comitês individuais, porque não havia condições de unificação.

Quanto à questão da votação, acho que foi positivo, que refletiu o trabalho organizado que o Partido tinha, e refletiu também o trabalho autônomo dos movimentos populares que adotaram a posição classista na eleição. Quem votou no Partido dos Trabalhadores não foi em nenhum momento iludido pela postura paternalista que o PMDB e PTB assumiram.

**José Dirceu:** O Comitê Eleitoral Unificado e a Direção do Partido fizeram uma avaliação da campanha e vão propor ao conjunto do partido um processo que deve terminar com uma reunião do Diretório Regional no dia 30 de janeiro. Ficam assim criadas condições políticas para definir a posição do Partido diante da nova conjuntura política que se forma em São Paulo, com a eleição de Franco Montoro<sup>3</sup>, e com a eleição, por parte do PT, de uma bancada de nove deputados estaduais, cinco vereadores [na Capital], um prefeito em Diadema e dezenas de vereadores, principalmente na Grande São Paulo e em algumas cidades do interior. Ao mesmo tempo temos o objetivo de preparar a substituição da direção do partido em todos os níveis. Até o final de fevereiro faremos uma convenção estadual que eleja uma nova direção do Partido em todos os níveis.

São Paulo foi o Estado que cumpriu determinados objetivos estabelecidos para o Partido. No resto do Brasil a situação ficou abaixo das expectativas mínimas do Partido.

Em São Paulo a campanha representou avanço, na medida em que os candidatos e determinados números de núcleos e de diretórios ampliaram a influência do Partido e incorporaram na campanha eleitoral milhares de pessoas.

Em que sentido a decisão de fazer a campanha descentralizada, com escritórios dos candidatos, contribuiu ou não para o avanço do Partido durante o processo eleitoral? Entendo que isso correspondia à realidade do Partido. Para fazer uma campanha unificada num Estado, ou mesmo Município, isso depende de um determinado nível de unidade do Partido e principalmente de uma determinada estrutura. Você não pode unificar a campanha de 160 candidatos se o Partido não é dotado de uma estrutura de organização, de uma estrutura material. Porque se você assume a responsabilidade de fazer uma campanha desses 160 candidatos em nível estadual, você tem de responder não só do ponto de vista político como do ponto de vista também material. Entendíamos que os candidatos, ao formarem grupos de apoio – e

isso foi discutido com os candidatos – iriam levá-los para os diretórios municipais e distritais, e, ao fazerem sua campanha financeira, iriam, junto com os núcleos, fazer a campanha também para o Partido; e que os diretórios seriam capazes de formarem comitês eleitorais distritais e municipais e dotar esses comitês – como nós fizemos em nível estadual – de determinados recursos materiais. Isso na prática não aconteceu, com raríssimas exceções. A campanha teve sentido unificador, ela não foi apenas uma campanha em que cada candidato montava o escritório, formava o seu grupo de apoio e fazia a sua campanha, e que nós, em nível estadual, só faríamos a campanha dos majoritários. Havia uma mediação.

Isso significou também um problema sério: os candidatos, em certo sentido, permaneceram dentro do Partido, procurando organizar os próprios militantes do Partido e fazendo discussão com os próprios militantes do partido durante o mês de julho e agosto (e muitos até em setembro), sendo incapazes de sair fora do Partido e fazerem campanha eleitoral.

*Qual foi o papel real das pesquisas e sondagens de opinião pública durante a campanha eleitoral? Você acredita que a divulgação dos resultados dessas pesquisas tenha afetado o comportamento do eleitorado? Em que sentido? As pesquisas prejudicaram o PT? Numa próxima eleição, como o PT deve comportar-se em relação às pesquisas eleitorais?*

**Eduardo Jorge:** Acho que teve influências e acho que o papel principal dessas pesquisas é que elas partiram de um dado real.

A intenção de votar no PT era muito além dos 13%, 14% na ocasião que fizeram aquelas pesquisas. Nos outros Estados está confirmado que era mais ou menos aquilo: 1%, 2%, 3%. Então isso, que era uma realidade no começo, foi utilizado pela imprensa e pelos partidos da burguesia para manter e solidificar a questão do voto útil. As pesquisas foram utilizadas como instrumentos de propaganda política dos partidos burgueses, mostrando que a possibilidade de vencer o PDS quem tinha era o PMDB. Então, os outros partidos – o PMDB principalmente – utilizaram o tempo todo aquelas pesquisas como embasamento para o voto útil. Então, acho que as pesquisas tiveram influência negativa para o PT. Para enfrentar isso eu não vejo outra maneira do que a gente ter muito mais aprofundado um trabalho de organização e implantação do Partido, porque em outras ocasiões a grande imprensa, a televisão, o rádio e o jornal vão utilizar outra vez essas pesquisas. Se nós não tivermos já uma implantação no movimento de massa e do partido mais forte e capaz de contrabalançar e capaz de discutir essas pesquisas e superar elas nos bairros e nos movimentos sociais, a gente vai ser vítima, outra vez, dessas pesquisas.

**Reginaldo Prandi:** A pesquisa eleitoral, a sondagem de intenção do voto, ela mede a intenção naquele momento e isso deve ser usado por todo e qualquer partido para avaliar suas reais condições de atuação. Não sei se a gente poderia dizer em que medida a pesquisa prejudica ou não, porque depende muito da estratégia que o próprio partido toma a partir dessa informação. A pesquisa eleitoral, quando [feita] em etapas diferentes da campanha, pode mostrar que aquela tendência não estava definida, determinada, e o exemplo claro disso é o exemplo do Rio de Janeiro, onde

tudo se inverteu, tudo. Sandra despencou. Miro<sup>4</sup> despencou, com isso despencou no Rio de Janeiro a própria tese do voto útil.

Não creio, nesse sentido, que a pesquisa em si prejudique o Partido. Eu acho que a forma que o partido utiliza ou não a pesquisa é que pode levar a algum problema, a algum desgaste e inclusive a necessidade de, a partir daí, se tomar alguma decisão. O próprio PT, ele não só se valeu da informação que era veiculada pela pesquisa de opinião, como o próprio PT teve a oportunidade de contar com a atividade interna do Partido, que era capaz de fazer essas sondagens, não só medir essa intenção de votos, mas, o que era muito mais importante, oferecer elementos que as pesquisas publicadas pelos jornais e pelas pesquisas não ofereceram. Ou seja, conquanto se soubesse qual era o nível de intenção de voto no PT, a gente tinha outras informações que eram geradas pela própria pesquisa. A gente até sabia, através da realização da pesquisa eleitoral, quais diretórios, quais núcleos funcionavam ou não, em que setores do Partido a gente tinha problemas de organizar. Conquanto não fossemos o campeão da preferência, nós sabíamos, no fundo, quem éramos nós.

Acho bom a gente não perder de vista que as prévias eleitorais, de uma certa forma, acertaram. Elas mostraram realmente que não se pode simplesmente relegar a pesquisa eleitoral a um instrumento dos partidos burgueses, porque a gente tem de se apropriar, também, dessas técnicas que são utilizadas por esses partidos e que a meu ver, nem por isso, são técnicas a serem descartadas. São armas e instrumentos dos quais a gente tem de se utilizar. A gente deveria fazer talvez uma pesquisa numa outra situação, e não se utilizar apenas da pesquisa de sondagem que certamente continuará sendo feita no País para, através do discurso, tentar desacreditar essa pesquisa. A gente deve aproveitar os elementos que a pesquisa fornece, ou seja, onde é que estamos bem, quando é que estamos mal, que tipo de proposta deve ser colocada no palanque, na mensagem do partido para chegar àqueles segmentos da população aos quais não chegamos ainda.

Vamos dar um exemplo bastante fácil: no começo de setembro sabíamos que as grandes taxas de indecisão estavam, sobretudo em certos grupos ocupacionais de classe média, praticamente degradada em termos de salários e em termos de determinados privilégios que teve durante muito tempo. Eu acreditava que esse tipo de segmento devia ser chamado à palavra do Partido dos Trabalhadores. Então, ao invés de ter apenas uma campanha de porta de fábrica eu acreditava que devíamos também ter uma campanha de porta de banco, de porta de lojas, de porta de escritório, de porta de escola e assim por diante, porque de qualquer forma nós tínhamos aí nesse segmento um número muito grande de indecisos.

Várias pesquisas feitas pelo Partido dos Trabalhadores demonstravam que o voto do PT é um voto bastante ideológico, ou seja, era um voto que flutuava muito pouco quando a gente alterava as premissas que estavam embutidas nas perguntas que eram feitas. Quando a gente perguntava se tinha uma preferência partidária, ou se já tinha um candidato definido, quando a gente se perguntava se as eleições fossem imediatamente em quem ele votaria, praticamente o peso ou a taxa de respostas favoráveis ao PT permanecia a mesma. Isso significava que a adesão era quase plena e quase realizada, e que portanto novas adesões deviam ser conquistadas a partir da campanha e do desenvolvimento da campanha.

**José Dirceu:** As pesquisas – os resultados eleitorais demonstraram – correspondiam à realidade. A questão que nos impressionou durante a campanha eleitoral é o reforço que a pesquisa traz, principalmente no caso do Estado de São Paulo, para o candidato que nas pesquisas vem em primeiro lugar. Se nós somarmos a isso a manipulação que alguns órgãos de divulgação fizeram da pesquisa, no sentido de minimizar qualquer outro tipo de pesquisa – ainda que não refletisse a tendência geral do eleitorado do estado, mas localizada, de universidades ou de regiões ou de setores sociais, quando eram desfavoráveis ao candidato Franco Montoro –, essas pesquisas desapareciam das primeiras páginas jornais; durante a campanha eleitoral o PT recebeu duas cartas-ofício da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Mercado, da Abpeme, e de uma outra entidade também, com relação à publicidade, da técnica de realizar pesquisa, dos objetivos da pesquisa e do patrocinador da pesquisa e que dados foram publicados e que dados não foram publicados, onde eles estão disponíveis. Isso nos trouxe a preocupação de que o Partido dos Trabalhadores deve e tem de desenvolver um departamento de pesquisa, não só para a campanha eleitoral. Eu entendo que o Partido poderia ter feito um melhor uso da própria pesquisa que fez, na sua orientação político-eleitoral. Por várias razões, já avaliadas aqui, isso não foi possível.

**Roberto Braga:** A pesquisa, no caso do Estado de São Paulo, reforçou a tese do voto útil porque a imprensa assim a trabalhou. Aí a questão é outra. A pesquisa refletia a tendência do eleitorado, ela tem uma margem de segurança do ponto de vista técnico-científico. Alguns institutos que trabalham com pesquisa merecem uma credibilidade praticamente absoluta, pelo histórico deles no País, nesses últimos anos, o que não quer dizer que num momento determinado não possam ser utilizados, na medida em que são empresas comerciais privadas e com vínculos políticos e ideológicos, como qualquer outra entidade social.

Eu gostaria de fazer uma distinção entre que tipo de sondagens era executado. A pesquisa que procura levantar qual é o perfil do eleitorado, onde estão os votos de determinado candidato ou onde está o apoio político de determinado partido nas diversas camadas sociais, seria uma pesquisa sobre o perfil do eleitorado. Pelos resultados das pesquisas ficou comprovado que há uma margem de erro pequena, quando a pesquisa é bem-feita, e não há por que falar que ela é falsa, a não ser que ela seja realmente falsa.

A sondagem de quem vai ganhar induz o voto certo. (“Vote certo. Vote naquele que vai ganhar. Não desperdice seu voto”). Acredito que Montoro recebeu boa porcentagem desse tipo de voto. Várias pessoas se declararam como pessoas que votaram para não desperdiçar o voto. “Votei em Montoro para não jogar fora meu voto, eu queria eleger, foi a primeira vez que eu participei de uma eleição.” É uma visão que existe; achar que voto é um jogo. Esse tipo de sondagem, de quem vai ganhar, traz a visão de que quem vai ganhar é o melhor porque o povo ou a maioria sempre acerta, ou alguma coisa desse nível.

*Qual o papel dos órgãos de comunicação de massa (TV, jornais)? Qual deve ser a política do PT em relação a esses órgãos?*

**José Dirceu:** O rádio e a televisão, os jornais, têm candidatos, têm prefe-

rências e fazem campanha eleitoral também. Nem os jornais nem os jornalistas são entes abstratos acima da luta político-eleitoral. E não podemos limitar a transmissão de nossas propostas apenas por esses órgãos sobre os quais não temos nenhuma influência. O PT deve desenvolver sua imprensa partidária e deve evitar depender de debates na televisão e de acesso ao rádio e aos jornais na sua próxima campanha. O PT deve desenvolver no bairro, na fábrica, em cada Diretório, jornais, boletins que dêem respostas às questões que a grande imprensa levanta contra nós.

Depois do primeiro debate dos candidatos paulistas na TV, houve uma estratégia, montada pelo PMDB e por setores da grande imprensa, mais especificamente da *Folha de S.Paulo*, para atingir uma determinada faixa do eleitorado, que foi sendo paulatinamente colocada contra nós. O voto “competente” e o voto “útil” foram sendo reforçados. Nossa crítica ao PMDB, que considero correta, foi ganhando a seguinte imagem: “O PT só ataca o PMDB”. Quem vendeu essa imagem foi a grande imprensa. Foram largamente utilizados, em São Paulo, os meios de comunicação para criar uma imagem negativa do PT. Toda a mobilização de massa feita em São Paulo pelo PT a imprensa escondeu da opinião pública. Os exemplos mais escandalosos foram o comício de 21 de abril no Largo 13 e o comício do Pacaembu. Este foi um comício para cinco minutos no *Jornal Nacional* ou no *Fantástico*, da TV Globo, pela beleza, pelo colorido, pela força política, pela participação, pelo comportamento de cem mil pessoas. Ao contrário do que dizem o *Jornal da Tarde* e *O Estado de S.Paulo*, não havia nenhuma comissão de segurança nos termos em que eles afirmaram. Seria uma irresponsabilidade total colocar cem mil pessoas numa praça sem organizá-la, não dar a ela determinada estrutura de serviços de saúde, água, higiene, de orientação e de localização de entrada e saída. O escândalo final foi o da TV Globo, no Rio, com os resultados eleitorais. O PT pecou também, ao não enfrentar a questão da manipulação, principalmente a que a *Folha de S.Paulo* fez. Temos de aprender a colorir e identificar os meios de comunicação e não entendê-los como entes acima das classes sociais. E há uma tarefa para todos os filiados do PT: vender mais assinaturas do *Jornal dos Trabalhadores*, participar e contribuir mais com o jornal e fazê-lo avançar.

**Eduardo Jorge:** Concordo basicamente com o que o José Dirceu falou. Quero acrescentar alguns fatos: houve uma caravana de Montoro a Osasco que foi um fracasso vergonhoso. Na primeira página da *Folha de S.Paulo* estava o fracasso do Montoro e, ao lado, a foto de uma manifestação do PT no centro da cidade, dizendo que o Lula também fracassara. Mas nessa manifestação do PT apareceu bastante gente, ao contrário do que foi noticiado.

Diante da fábrica Villares, Montoro tentou fazer propaganda mas os operários se recusaram a ouvir e chegaram a vaiar o candidato; Montoro teve de sair dizendo “Viva o Lula” para fazer o pessoal se acalmar, deixar ele se afastar em paz. Isso não foi noticiado, e nem fato igual, acontecido com candidatos do PMDB na porta da Ford e da Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo.

Houve uma campanha para isolar o crescimento do PT na classe média, e nisso a *Folha de S.Paulo* foi sistemática. A todo o momento o jornal pinçava frases do Lula e de outros petistas tentando mostrar o PT como um partido que só atacava o PMDB e que não tinha condições de exercer o poder por ser irresponsável e imaturo.

Outra coisa importante que a gente via na *Folha de S.Paulo*: a partir de certo momento eles começaram a promover também o Jânio Quadros<sup>5</sup>; era uma cunha em relação ao PDS e também em relação ao PT.

O comportamento classista da imprensa continua. Na cobertura das apurações, a *Folha de S.Paulo* sistematicamente publicava que o PT ia ter apenas cinco deputados federais, sete estaduais e quatro vereadores, até às vésperas da última proclamação do TRE. Além disso, o jornal abriu uma polêmica de que o PT deveria fazer imediatamente uma revisão de sua posição frente ao futuro governo do PMDB, e deveria, inclusive, fazer negociações e coalizões. Ao mesmo tempo que eles minimizavam os resultados do PT, tentavam abrir um flanco dentro do próprio PT.

**Reginaldo Prandi:** O boicote sistemático contra o PT na grande imprensa continua. No caso da *Folha de S.Paulo*, o que mais se lê é o “Painel” e a coluna “Cotidiano”. E não só durante a campanha, mas também agora, todos os dias a gente se pergunta antes de ler: qual é o ataque de hoje contra o PT?

Deve-se fazer com que o *Jornal dos Trabalhadores* tenha ampliada a sua circulação e, talvez em futuro próximo, diminuir a periodicidade, tornando-o mais presente, mais diretamente tratando de problemas do dia-a-dia.

Além disso, o PT tem de encontrar uma fórmula de penetração nos outros jornais. Vamos encontrar essas maneiras na medida em que o próprio PT mostre que é um partido que veio para ficar, para crescer e tomar um lugar que realmente não foi nunca ocupado nessa sociedade, quando se trata da classe trabalhadora.

**Roberto Braga:** Essa é uma questão muito delicada, porque a defesa da imprensa se baseia na neutralidade, que não existe. A gente não pode cair no lugar do Governo, agora, de ser a vítima que quer censurar a imprensa. Temos de desenvolver algum meio de conseguir espaço nessa imprensa. O problema não está mais nas calúnias contra o PT, mas na dificuldade de a gente conseguir rebater essas calúnias. Escutei programas de rádio onde, no caso da Panamericana ou da Record, não me lembro, o Fittipaldi malhava, falava mal ostensivamente do Lula, “aquele incompetente”, nessa linha. O exemplo da TVS é da gente ficar vermelho de vergonha, ou, a própria Globo e o que aconteceu na apuração do Rio de Janeiro<sup>6</sup>.

No caso do *Jornal dos Trabalhadores*, me parece que o problema maior está nos canais de distribuição, nos canais de venda. Agora, eu sonho ainda com uma TV do PT, não só o jornal. Eu acho que o PT devia tentar conseguir programas de rádio e programas de televisão, nem que tenha de alugar períodos. Sei que um problema é a questão do financiamento, pois esses programas são caríssimos. Mas acredito que existe a possibilidade.

*Na campanha do PT como foi o funcionamento entre as candidaturas individuais e os comitês unificados? Para as próximas campanhas que tipo de atividade eleitoral deve prevalecer: individual ou unificada?*

**Eduardo Jorge:** Essa campanha não se deveu à responsabilidade de A, de B ou de C, mas do estágio de organização em que o PT estava no momento. O Diretório Regional se reuniu três ou quatro vezes para discutir a questão, que tinha

sido atribuída a ele, e não conseguiu resolver. Nós, dos Diretórios e dos Núcleos, ficamos completamente desorientados. Ninguém sabia como ia ser a campanha. A direção do PT não se posicionou com clareza. Quem deu o tom da campanha foram os grupos de apoio e os comitês individuais. Os comitês eleitorais em nível distrital praticamente não existiram. O Comitê Eleitoral Unificado Estadual no máximo sustentava a campanha dos majoritários. Não se conseguiu unificar a campanha nem no nível político. A plataforma eleitoral não foi levada muito em conta, chegou às mãos da gente nas vésperas da eleição, e os grupos de apoio e os comitês individuais aprofundavam a plataforma do jeito que bem entendiam. Houve reuniões de núcleos em que o pessoal queria discutir a plataforma e a gente não tinha a plataforma nem para distribuir.

Se a campanha tivesse sido montada mais em função da estrutura partidária que já existia, de Diretórios e Núcleos, teríamos tido muito mais condições de atuar e os órgãos partidários não teriam sido desagregados, como aconteceu com a maioria.

Na medida em que grupo de apoio atravessava o Estado de ponta a ponta, à revelia do diretório, do núcleo, de tudo, o que adiantava um companheiro respeitar uma assembléia ampla do diretório? Esse tipo de espírito não foi prestigiado pela campanha dos comitês individuais.

Se nós somos um partido, com uma plataforma aprovada, devíamos estabelecer métodos democráticos de escolha de candidatos, fazer uma certa regionalização, não só demográfica mas de movimentos sociais e sindicais, e atuar unificadamente.

Não somos uma frente e não interessa, por exemplo, um candidato aqui de São Paulo se deslocar até Presidente Prudente, num gasto de energia tremendo, para divulgar uma plataforma que os companheiros de lá poderiam divulgar. Os companheiros atravessaram o Estado disputando não novos espaços, mas os que o PT já havia criado. Os candidatos disputavam os mesmos focos de eleitores, enquanto outras regiões enormes ficavam descobertas.

O tipo de campanha feita fortaleceu a visão do PT como frente política e não como Partido. Isso temos de criticar, e não ver como positivo. Diz-se que, diante das circunstâncias, não era possível fazer uma campanha diferente. Acho que não é verdade. Se a direção tivesse pensado responsabilmente esse ponto teria feito uma proposta mais avançada. Esse tipo de campanha reforçou o aspecto frentista dentro do PT.

**Roberto Braga:** A questão da unificação está intimamente ligada ao processo de escolha dos candidatos. A gente sabe que existe a idéia do voto distrital percorrendo as mentes do Governo. Se entrar o voto distrital, nós vamos ter de pensar duas vezes. Na hora que tiraram o voto de legenda, acho que o mais prejudicado foi o PT. Os candidatos foram eleitos, às vezes, mais em relação ao respaldo que o Partido deu. Em certos locais, a proposta puxou votos, onde o PT estava mais organizado. Em outros locais quem puxou votos foi o candidato e a proposta ficou em segundo plano. A escolha dos próximos candidatos deve ser resultado de um trabalho em nível estadual. Não estou aqui pregando que o PT deva ser uma coisa única, eu acho que a gente tem de preservar as diferenças de propostas que existem dentro do PT para ele poder criar.

**Reginaldo Prandi:** Quando a gente pensa no Comitê Unificado a gente acaba sendo levado a acreditar que foi feito um milagre. O que se tinha de condições de

trabalho na sede? Quatro telefones, três ou quatro máquinas de escrever, meia dúzia ou pouco mais de funcionários, uma gráfica improvisada, duas máquinas xerox. Não havia nenhuma condição de trabalho capaz de fazer circular as informações mais elementares. Às vezes as comunicações eram feitas através de telegramas, que se acumulavam porque não se tinha tempo para se abrir uma pilha de telegramas. Isso realmente vem como consequência da fragilidade do PT em se organizar, tendo em vista as suas condições econômicas e tudo o mais. Os companheiros precisam saber que o PT trabalhou com um nível mínimo de organização. Se isso trouxe prejuízos, é preciso ver qual será a postura do PT daqui para frente. Que tipo de organização o PT vai assumir? Há certos canais burocráticos que têm de funcionar. Já que o Partido tem de se comunicar interna e externamente, ele tem de se organizar, tem de estabelecer as prioridades e para isso ele tem, inclusive, de ter um corpo de funcionários.

**José Dirceu:** O tema é polêmico e complexo. Nas experiências feitas nos outros Estados – com o Comitê Eleitoral Unificado, campanha centralizada sem finanças e escritórios individuais – o resultado foi um tremendo fracasso: houve paralisação, burocratização e emperramento da campanha eleitoral. O exemplo mais claro é o Rio de Janeiro. O objetivo do PT é a campanha unificada, em termos de plataforma, recursos econômicos e encaminhamento prático. E unificada em termos da escolha dos candidatos. É preciso que já na escolha se criem condições para que depois a campanha seja unificada, em termos materiais e políticos.

Nós decidimos que o filiado do PT podia optar por qualquer candidatura e que os Diretórios não podiam optar por candidaturas. Por que fizemos isso? Porque entendíamos que se os Diretórios começassem a discutir que candidatos iriam apoiar, íamos entrar num processo “internista” ou de luta política que iria emperrar ou fracionar o PT.

Para o PT superar isso ele precisa acumular, em termos de proposta política, de estrutura de organização e de unidade política, e definir o que é uma lista de candidatos e o que é uma campanha eleitoral. O PT precisa superar o grau de heterogeneidade de hoje, o que não significa superar o grau de diversidade, de tendências e de interpretações. Nossa proposta era a seguinte: os comitês eleitorais unificados seriam criados porque os Diretórios, em sua maioria, estavam com estrutura pouco construída e estavam emperrados politicamente. Queríamos comitês unificados, de três a cinco pessoas que não estivessem na vida do Diretório. Não queríamos que a estrutura do Partido fosse jogada na campanha. Isso é que não foi levado à prática porque não levamos a discussão até às Diretórios e os Núcleos.

Mesmo assim, o Estado onde houve a campanha mais unificada foi São Paulo e eu dou exemplos: foi o único Estado que produziu cédulas de candidatos sem recursos; que produziu outro tipo de material para setores de candidatos – como as mulheres, os negros, sindicalistas, que destinou recursos para alguns candidatos a Prefeituras, que procurou fazer a propaganda na televisão (a questão de ser malfeita é outra), de maneira unificada; sem controvérsia e sem grandes problemas, que unificou a propaganda nas urnas e a apuração.

O Comitê Eleitoral Unificado Estadual teve insuficiências materiais, financeiras e políticas, na medida em que dois terços dos membros do Diretório Regional eram candidatos e, de doze membros da Executiva, dez eram candidatos – o que re-

tira da estrutura centralizada do PT os seus principais quadros e seus dirigentes. Sei que é grave a plataforma ser distribuída com atraso, mas isso resultou dos problemas havidos na convenção, para aprovar a plataforma; e da direção do Partido, depois, de traduzir essa plataforma, não fechada, em termos de proposta. Nós tivemos um único problema na campanha, que foi com a tendência “Alicerce”<sup>7</sup>, porque atrás desse grupo se escondia uma proposta que não era a da plataforma nacional do PT. Houve também outra exceção, de uma proposta “de um governo operário popular”.

Nesse sentido é que eu falo que a campanha foi unificada. Ela foi tão unificada que até nos erros foi unificada. A gente repetiu os mesmos erros em todo o Estado.

Temos de modificar o critério de escolha dos candidatos. E temos de superar definitivamente as formas de fazer convenções, e de discutir linhas políticas e programáticas. Elas, na verdade, têm sido uma encenação, uma hipocrisia e uma farsa. Nós vamos para as convenções sem ter acumulado nos Núcleos e nos Diretórios uma discussão sobre a plataforma e fazemos um ritual democrático que não tem conteúdo democrático. O Partido tem de superar essa questão. Temos de descobrir uma forma pedagógica de discutir as plataformas e as propostas políticas do PT. Devemos fugir dos esquemas de controle de Diretórios, de controle de Núcleos, de plenárias onde se mede a democracia pelo número de pessoas e não pela discussão, pela participação e pela real proposta que saia.

Em que pesem todas as deficiências e erros o trabalho feito pelo conjunto do partido significa um avanço e um acúmulo de experiência e de recursos materiais e principalmente de recursos humanos. Aprendeu-se que, com a atual estrutura e com a atual concepção do que é ser membro do Diretório e da Executiva, não se vai além.

O PT deve ter estrutura de organização, precisa de “máquina”, de gráfica, de estrutura de imprensa e propaganda, de Secretaria Geral, de sede de verdade, de meios de comunicação, de assessoria de imprensa, de Secretaria de Educação Política, de um corpo de funcionários, de assessoria política. Um dirigente do PT tem de se convencer definitivamente de que precisa exercer esse papel pelo menos quatro horas por dia.

Há, também, outras coisas. Trinta por cento das finanças produzidas pelos comitês eleitorais unificados e pelos candidatos deveriam ser remetidos ao PT. Os comitês eleitorais unificados praticamente não fizeram finanças porque praticamente não existiram. Uma grande parcela dos candidatos contribuiu com 30% das festas e com rifas para o Partido. Mas não fomos capazes de montar um sistema de controle e de cobrança sobre isso; então fixou muito mais na consciência de cada candidato e de cada comitê eleitoral fazer essa contribuição.

O que não funcionou foram os bônus da campanha eleitoral; isso se mostrou um fracasso, talvez erro político. Muitos companheiros têm a opinião de que se trata de uma forma de contribuição típica de classe média e de que a forma de contribuição do PT deve ser em comícios, “passando o famoso chapéu”.

**Eduardo Jorge:** A questão não é só de racionalização. A questão foi política, na hora em que o PT capitulou diante de uma visão frentista. Se o pessoal vai organizar a campanha em comitês individuais, inevitavelmente há uma diferenciação de como se vê a plataforma, que pontos são mais importantes, até chegar ao excesso de que você falou. Mas entre o excesso e o não excesso há uma gama muito grande

que fortalece essa visão frentista do Partido. Isso a gente tem de reverter. Se a gente quer ser um Partido a gente tem de combater isso daí.

**José Dirceu:** Concordo com a sua avaliação, mas estou convencido de que o contrário teria sido um desastre. O medo nosso era que, como aconteceu em outros Estados, no objetivo de unificar a campanha, fortalecêssemos só uma determinada visão do PT. Essa foi a grande contradição que nos levou, particularmente a mim, em optar por uma coisa que eu acho que não foi aplicada, que era essa estratégia. A força do PT está na descentralização. A campanha nunca deve ser unificada no sentido de ser centralizada: ela deve ser unificada no sentido de racionalizar, mas ela tem de ser descentralizada.

**Roberto Braga:** Complementando: participei da campanha no nível de Diretório Distrital. A grande dificuldade que sentimos é que quando se descentraliza o Diretório se tem dificuldade em manter uma linha política. Sentimos a dificuldade de ter um eixo central mais claro. E também tivemos medo de tornar o Diretório um curral eleitoral. O medo era cada um puxar para um lado e chega um belo dia e está todo mundo dos vários diretórios fazendo panfletagem na porta da mesma fábrica e cheio de fábricas sem ninguém trabalhar. Esse tipo de dificuldade nós temos de solucionar.

*Qual é, em síntese, a sua avaliação final, e daqui para frente, qual a proposta do PT, quais as atividades prioritárias?*

**Reginaldo Prandi:** Se a proposta básica do PT, ou seja, organizar a classe trabalhadora, avançou ou sofreu um retrocesso na campanha eleitoral, é preciso imaginar o sentido desse “organizar a classe trabalhadora”. Como organização partidária, é patente que o sucesso, o avanço, aconteceu de fato. Mas o significado mais geral da expressão precisa ser avaliado. Quais são as novas condições, a nova conjuntura política, especialmente no Estado de São Paulo? De que maneira vai ser possível manter esse pique de organização? Um milhão de votos ou pouco mais, ao mesmo tempo que corresponde a um quarto lugar, corresponde também a uma parcela muito grande, não só em quantidade, também em qualidade.

O PT, durante toda a campanha, foi um partido que se colocou em massa nas ruas, nos comícios. O PT tem de encontrar os mecanismos políticos de que se recrie ou que se alimente a idéia de que sai vencedor, na medida em que é capaz de garantir o mínimo de representação, liderando um espaço que antes praticamente não existia.

Nesses termos se coloca o que fazer e como prioridade. Isso vai decorrer da atuação do PT diante do novo Governo que teremos em São Paulo, a partir de 15 de março. A militância no PT não é meramente eleitoral e o Partido não poderá perder de vista a força das organizações espontâneas. É preciso que essas forças sejam o tempo todo rearticuladas em função de uma proposta do PT como organismo coletivo voltado para os interesses gerais.

**Roberto Braga:** Acho que foi um sucesso retumbante, porque tem de haver algo mais do que os cruzeiros<sup>8</sup> para se conseguir os resultados obtidos. Esse algo

mais que o Reginaldo colocou em termos de qualidade, que eu acho que realmente existe e que precisa ser aprofundado. O que é prioritário é a estrutura de participação no PT. A questão fundamental é a da filiação. Como o filiado se representa, como ele milita, onde faz seu trabalho?

Na eleição apareceu um dado positivo: havia um objetivo comum, que era fazer a propaganda política. Antes, a pessoa que queria trabalhar no PT não sabia o que fazer, com exceção da campanha de filiação para legalizar o Partido. Então a questão é descobrir a forma de fazer essa massa de simpatizantes e eleitores engajar-se em campanhas políticas concretas do PT, e não apenas em época de eleições. A questão da representação talvez esteja ligada à filiação. Junto com a possibilidade de participação está a comunicação. O filiado sente a necessidade de ter o retorno daquilo que ele está fazendo no Partido, de se sentir seguro, e me parece que o problema da comunicação é fundamental.

**José Dirceu:** O PT não pode enfiar a cabeça debaixo das pernas depois de um processo de luta, seja eleitoral, seja de massas. Do ponto de vista da ocupação de um espaço político institucional, o PT em São Paulo avançou. Mas entendo que o PT sofreu uma derrota no nível nacional. Essa derrota pode ser relativizada se nós levarmos em consideração que já é uma vitória concorrer com candidatos a governador em todos os Estados, com exceção de Alagoas. Mas é óbvio que o PT deixou de ocupar espaços institucionais nos parlamentos de vários Estados e isso em termos eleitorais é uma derrota, e nós devemos chamá-la pelo nome que ela tem: é uma derrota.

O PT, no meu entender, tem algumas tarefas básicas neste momento. A principal é a organização dos Núcleos e é o trabalho nos bairros, no movimento popular, no movimento sindical.

O Partido, agora, no movimento popular, no movimento de bairro, tem de ser capaz de acionar a nossa proposta de Governo, de levar na prática, de levantar as reivindicações e as bandeiras do movimento popular e da nossa plataforma e de levar o movimento popular a reivindicar e a lutar, primeiro, pela democratização do Governo de São Paulo; segundo, pelo atendimento de prioridades sociais, e, terceiro, que não se detenha a luta contra o regime militar, que é a única maneira de não ser cooptado e de não coonestar as farsas e conciliações que possam ser levadas à prática pelo Governo Montoro.

Para isso, o PT tem de resolver algumas questões internas cruciais. Primeiro: descongelar o poder político, abrir espaço para as novas forças políticas e sociais que emergiram na campanha eleitoral; o PT precisa democratizar a sua vida interna, de acordo com a sua proposta; criar uma estrutura de organização democrática mas profissional, e dotar o Partido de instrumentos materiais de que ele necessita. Dada a complexidade do quadro político, dada a votação que teve, dada a base social que tem, o PT não pode continuar com a mesma estrutura de organização e de direção.

**Eduardo Jorge:** Esse milhão e cento e cinquenta mil votos que a proposta do PT teve considero um avanço. Não considero que tenha havido radicalização, no sentido que está sendo discutido dentro e fora do PT, porque eu acho que a campanha tinha de ser radical mesmo, porque a realidade que a classe trabalhadora vive é de uma exploração e de uma opressão radicais. O que a gente devia ter feito

é que esse radicalismo na forma se expressasse também em propostas concretas, e tivesse condições de ganhar a adesão e a esperança de setores mais amplos da classe trabalhadora.

Quanto à questão organizativa da classe trabalhadora, não tenho ainda condições de fazer uma avaliação. Na região onde estou, por exemplo, no Diretório de Itaquera, considero que houve avanço. Começamos a campanha com cinco núcleos estruturados e o Diretório e hoje temos oito núcleos e possibilidade de fazer mais três. A campanha, na região, teve uma coisa muito importante: manteve-se de certa forma, na medida do possível, a participação nos movimentos populares da região, nos movimentos em que a gente já estava metido.

Nós não priorizamos atividades de agitação, de comícios, de grandes panfletagens. A gente priorizou reuniões nos bairros, onde a gente contatava pessoas numa vila, íamos fazendo reuniões sistematicamente, até que um grupo de pessoas da vila se encarregasse da campanha do PT naquela região. Em determinado momento a gente sentiu que isso era muito importante, já tinha dado origem até a alguns pré-núcleos, mas a gente precisava generalizar mais. Fizemos mutirões nos bairros e nas feiras, sem fazer agitação massiva, violenta. A gente procurava discutir com o pessoal, ir de casa em casa conversando, distribuindo cédulas. Esse tipo de campanha, culminando nas reuniões, nas atividades mais massivas, permitiu um mínimo de discussão com o trabalhador e permitiu, acho, um avanço de organização na região da gente. Avaliações desse tipo têm de ser feitas Diretório por Diretório, região por região, para a gente ver o saldo orgânico da campanha em termos de PT.

Quanto à questão das novas tarefas, a democratização é importantíssima para revitalizar o Partido, tanto na direção quanto na base. Os Núcleos, que estão meio desacreditados, têm de ser revalorizados de verdade. Para isso o Núcleo tem de ter poder, poder de controlar o Diretório, poder de realmente influenciar nas decisões do Diretório. O pessoal dos Núcleos, numa representatividade a ser determinada, tem de ter condições de votar em igualdade de condições com os membros do Diretório.

O mesmo deve valer para o Diretório Regional. Deve haver mecanismos pelos quais os Núcleos e os Diretórios [possam] acompanhar de forma dinâmica o Diretório Regional que vai ser eleito em 1983 e que vai valer por um ano.

O Núcleo de Base precisa ser visto sob um aspecto triplo. O primeiro é a questão de informação. O militante tem de ter uma formação política para poder enfrentar a complexidade política. Não pode ficar eternamente no nível que ele adquiriu no movimento de massa. Muito mais importante que as assessorias se preocuparem em ficar ajudando um parlamentar em projetos e sugestões, devem é dar cursos para o pessoal dos Núcleos, elevando o nível político do militante.

Outra questão é a gente articular a intervenção dos Núcleos nos movimentos sindical e popular. Tem de haver uma orientação conjunta do que eles vão fazer.

Um terceiro ponto é a questão do controle do Partido. O Núcleo tem de controlar o Diretório Distrital e tem de ter mecanismos de controlar a Direção Estadual.

Outra questão importante é de como a gente vai se posicionar frente aos dois tipos de encaminhamentos da burguesia em relação ao nosso Partido. A gente estava acostumado, até agora, a enfrentar o PDS, cuja atitude básica é da repressão, do controle. Agora nós vamos enfrentar um outro modo de governar, da classe burguesa, que vai tentar uma forma diferente. O PMDB é uma frente, não é um partido político

e lá dentro há vários grupos. Há grupos que podem achar interessante puxar o PT para dentro do Governo, como uma forma de neutralizar inclusive outros grupos dentro do próprio PMDB. E a gente tem de ter muito cuidado, para não ser usado nas lutas dos vários grupos dentro do PMDB. Devemos manter nosso partido de forma independente. A nossa força, atualmente, é ainda pequena, e a gente deve usar toda ela no fortalecimento do movimento sindical, no fortalecimento do movimento popular autônomo e no fortalecimento do Partido, baseado nos Núcleos, implantado em todo o Estado. Não é participando de uma Secretaria da Educação, de uma Secretaria da Justiça que a gente vai ter força para colocar essa participação no Governo a serviço dos movimentos populares e das bases. Em relação ao PMDB, devemos analisar as suas propostas uma a uma, ver quais delas são viáveis de serem apoiadas pela gente, e quais devem merecer de nós uma oposição radical.

## NOTAS

<sup>1</sup> Órgão do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. O seu primeiro número circulou na segunda quinzena de março de 1982 e o seu último número, o 21, trazia a data de 28 de abril a 18 de maio de 1983. (N.E.)

<sup>2</sup> Esta lei, que levava o nome do ministro da Justiça Armando Ribeiro Falcão (1919-) do governo de Ernesto Geisel – pois o projeto de lei que lhe deu origem foi elaborado sob sua orientação –, reformou o Código Eleitoral. Os seus dispositivos restringiram o acesso dos candidatos aos meios de comunicação eletrônica, obrigando-os apenas a apresentar seus currículos e plataformas e os seus retratos, no caso da televisão, impedindo assim o livre debate. (N.E.)

<sup>3</sup> André Franco Montoro (1916-1999), advogado. Senador pelo PMDB, foi o candidato vitorioso a governador em São Paulo nas eleições de 1982. (N.E.)

<sup>4</sup> Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque (1927), professora. Candidata a governadora do Rio de Janeiro, pelo PTB, nas eleições de 1982. Valdemiro Abdalla Teixeira (1945), jornalista. Deputado federal e candidato a governador do Rio de Janeiro, pelo PMDB, nas eleições de 1982. (N.E.)

<sup>5</sup> Jânio da Silva Quadros (1917-1992), advogado e professor. Candidato a governador de São Paulo, pelo PTB, nas eleições de 1982. (N.E.)

<sup>6</sup> Referência ao chamado Caso Proconsult, forma pela qual ficou conhecida a tentativa de fraude nas eleições de 1982 para impossibilitar a vitória de Leonel Brizola (1922-2004), candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao governo do Rio de Janeiro. A partir de um sistema informatizado de apuração dos votos, feito pela empresa Proconsult, associada a antigos colaboradores do regime militar, os votos nulos ou em branco eram transferidos em grande parte para o candidato Wellington Moreira Franco (1944-), do PDS (antiga Arena). Como as regras eleitorais para 1982 impunham que todos os votos dados aos vários cargos em disputa em uma mesma cédula fossem dados a um mesmo partido, estimava-se um alto índice de votos nulos. A partir das denúncias recebidas, os partidários de Brizola realizaram uma apuração paralela, cujos resultados divergiam completamente do resultado

oficial. No início das apurações os resultados fraudulentos foram divulgados e sustentados pelas Organizações Globo, do jornalista Roberto Marinho (1904-2003). A partir de intensa denúncia e fiscalização feita por outros órgãos de imprensa, a fraude foi abortada e Brizola venceu a eleição.

<sup>7</sup> Referência ao setor estudantil da então tendência do PT Convergência Socialista, que, em 1983, mudou seu nome para Alicerce da Juventude Socialista. (N.E.)

<sup>8</sup> Referência ao nome da moeda brasileira de então. (N.E.)

# ELEIÇÕES 82 – PERFIL DOS CANDIDATOS DO PT: LULA E OLÍVIO DUTRA

ELEIÇÕES  
82

PERFIL DOS CANDIDATOS DO PT

Estado: *S. Paulo* Município: \_\_\_\_\_

Nome: *Luiz Imaciano Lula da Silva*

Candidato a: *Governador*

Milita em algum núcleo de base? Sim   
Não

Qual? (nome e área de atuação)

Pertence a algum órgão de direção? (Municipal, Regional ou Nacional)  
Sim  Não

Qual? *executiva Nacional* Cargo que exerce: *Presidente*

Data que ingressou no PT: *fundador*

Ingressou no PT através de: amigos   
relações no trabalho   
relações no bairro

Data de nascimento: *05/10/45* Cidade: *Sarantuma* Estado: *Pernambuco*

Estado Civil: *casado* Número de filhos: *3*

Grau de escolaridade: 1º grau completo  1º grau incompleto   
2º grau completo  2º grau incompleto   
Universidade completa  Universidade incompleta   
Pós-Graduação

Número do Título de Eleitor: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_

Profissão: *torneio mec.*

Atividade profissional atual: *Desempregado*

Atividades profissionais anteriores: *sindicato de S.B.C. Residente.*

Entidades (sindicatos, associações, diretórios estudantis, etc) a que pertence: *M.d. S.B. Campo,*

Exerce algum cargo nessas entidades? Sim  Não

Já exerceu antes? Sim  Não

Já pertenceu a outro partido político? Sim  Não

Qual? Quando?

Já foi candidato em eleições anteriores? Sim  Não

Quais e a que cargos?

Quantos votos obteve?

Outras informações sobre a sua história que considere importantes:

---

---

---

---

---

---

---

O Comitê Eleitoral Unitário Nacional solicita a todos os candidatos do PT, a qualquer cargo, que preencham este perfil e o entreguem aos Comitês Eleitorais Unificados Estaduais.

Os Comitês Eleitorais Unificados Estaduais devem remeter os perfis preenchidos, com urgência, ao CEU Nacional.

Comitê Eleitoral Unificado Nacional

A/C Secretaria de Organização do PT

Câmara dos Deputados - 24º Andar - Sala 8

70.160 - Brasília-DF

PERFIL DOS CANDIDATOS DO PT

ELEIÇÕES

82

Estado: *RS* Município:

Nome: *Olívio de Oliveira Dutra*

Candidato a: *Governador RS*

Milita em algum núcleo de base? Sim   
 Não

Qual? (nome e área de atuação) *Núcleo Bancários P. Alegre*

Pertence a algum órgão de direção? (Municipal, Regional ou Nacional)  
 Sim  Não

Qual? *Diretório RS* Cargo que exerce: *Presidente PT/RS*  
*Vice presidente Diret. Nac.*

Data que ingressou no PT: *fundador*

Ingressou no PT através de: amigos   
 relações no trabalho   
 relações no bairro

Data de nascimento: *10.06.41* Cidade: *S. Luiz Gonzaga* Estado: *RS*

Estado Civil: *casado* Número de filhos: *2 (dors)*

Grau de escolaridade: 1º grau completo  1º grau incompleto   
 2º grau completo  2º grau incompleto   
 Universidade completa  Universidade incompleta   
 Pós-Graduação

Número do Título de Eleitor: *194.206/B* Zona: *2ª*

Profissão: *Bancário*

Atividade profissional atual: *bancário*

Atividades profissionais anteriores: *bancário há 21 anos.*

Entidades (sindicatos, associações, diretórios estudantis, etc) a que pertence: *Sindicato dos Bancários de P. Alegre - RS*

Exerce algum cargo nessas entidades? Sim  Não

Já exerceu antes? Sim  Não

Já pertenceu a outro partido político? - Sim  Não

Qual? *MOB* *(Fui filiado por um braucário para votar nele para presidente do Departamento Trabalhista)* Quando? *1978*

Já foi candidato em eleições anteriores? Sim  Não

Quais e a que cargos?

Quantos votos obteve?

Outras informações sobre a sua história que considere importantes:

*Dirigente Sindical casado em 1979 por ter liderado greve da categoria. Membro da Comissão Nacional Pó-CVT.*

---

---

---

---

O Comitê Eleitoral Unitário Nacional solicita a todos os candidatos do PT, a qualquer cargo, que preencham este perfil e o entreguem aos Comitês Eleitorais Unificados Estaduais.

Os Comitês Eleitorais Unificados Estaduais devem remeter os perfis preenchidos, com urgência, ao CEU Nacional.

Comitê Eleitoral Unificado Nacional

A/C Secretaria de Organização do PT

Câmara dos Deputados - 24º Andar - Sala 8

70.160 - Brasília-DF

**RESULTADOS PARA DEPUTADOS FEDERAIS, ESTADUAIS,  
PREFEITOS E VEREADORES DO PT ELEITOS EM 1982**

Estado	Número de eleitos pelo PT				
	Deputados federais	Deputados estaduais	Prefeitos	Vereadores na capital	Vereadores no interior
AC	0	1	0	2	1
AL	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	4
BA	0	0	0	0	6
CE	0	0	0	0	0
ES	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0
MA	0	0	1	0	9
MG	1	1	0	1	13
MS	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	5
PB	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	3
PR	0	0	0	0	0
RJ	1	2	0	1	1
RN	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	2
RS	0	0	0	1	0
SC	0	0	0	0	0
SE	0	0	0	0	0
SP	6	9	1	5	73
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>117</b>

Fonte: PEREIRA, Raimundo; CAROPRESO, Álvaro; RUY, José Carlos. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo: Global, 1984, p. 96.

**RESULTADOS DE VOTOS, POR ESTADO, DADOS PARA GOVERNADOR AOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 1982 (EM%)**

Estado	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Em branco	Nulos	Votos do PT
AC	39,1	-	5,3	3,6	42,0	4,8	4,9	4.637
AL	45,7	-	-	-	36,7	13,4	4,2	-
AM	41,0	-	1,3	1	50,1	3,5	3,0	5.352
BA	52	-	0,8	-	33,0	11,7	3,2	1.354
CE	58,7	-	0,5	-	24,5	14,1	2,1	9.961
ES	34,2	0,1	1,3	-	54,2	7,7	2,4	10.588
GO	30,1	0,05	0,6	-	62,0	5,3	2,1	9.818
MA	63,7	1,2	0,8	0,06	17,0	14,0	3,0	8.643
MG	41,6	0,2	1,9	-	45,8	7,9	2,5	113.950
MS	42,8	1,0	0,8	-	46,6	6,0	2,7	4.541
MT	47,3	0,2	0,2	-	44,0	5,0	3,4	887
PA	42,5	-	1,0	0,6	46,1	5,8	3,9	11.010
PB	52,8	-	0,4	-	37,1	7,3	2,3	3.918
PE	46,8	-	0,2	0,4	41,8	7,9	2,9	4.027
PI	50,6	-	0,7	-	34,8	11,0	2,8	5.814
PR	35,2	0,2	0,4	0,4	53,5	7,4	2,3	12.047
RJ	28,1	31,4	2,8	9,8	19,7	4,5	3,6	152.614
RN	52,0	-	0,4	0,4	37,8	7,5	2,1	3.207
RS	34,1	20,4	1,3	-	33,5	8,8	1,9	50.713
SC	45,7	0,2	0,4	0,1	45,0	6,6	1,8	6.803
SE	66,8	0,3	0,3	-	20,3	9,5	2,6	1.354
SP	23,5	0,8	9,8	12,5	44,9	5,7	2,6	1.144.648
<b>TOTAL</b>	<b>37,3</b>	<b>5,4</b>	<b>3,3</b>	<b>4,2</b>	<b>39,6</b>	<b>7,5</b>	<b>2,7</b>	<b>1.589.645</b>

Fonte: TRE/SP apud MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 124; e NICOLAU, Jairo Marconi (org.). *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1998, p. 177.